



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

SAMYA NICOLE MENEZES DE OLIVEIRA

**A LINHA TÊNUE ENTRE ARGUMENTAR E DISSERTAR: UMA ANÁLISE DO
NÍVEL DE ARGUMENTATIVIDADE PRESENTE EM TEXTOS NOTA MIL DO ENEM**

RECIFE
2025

Samya Nicole Menezes de Oliveira

**A LINHA TÊNUE ENTRE DISSERTAR E ARGUMENTAR: UMA ANÁLISE DO
NÍVEL DE ARGUMENTATIVIDADE PRESENTE EM TEXTOS NOTA MIL DO ENEM**

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Graduação em Letras
(Português - Licenciatura) como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciada em Letras/Português.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Sônia Virgínia Martins Pereira

RECIFE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Oliveira, Samya Nicole Menezes de.

A linha tênue entre dissertar e argumentar: uma análise do nível de argumentatividade presente em textos nota mil do ENEM / Samya Nicole Menezes de Oliveira. - Recife, 2025.

50 : il., tab.

Orientador(a): Sônia Virgínia Martins Pereira
(Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, , 2025.

Inclui referências, anexos.

1. Texto dissertativo-argumentativo. 2. Argumentatividade. 3. Exame Nacional do Ensino Médio. 4. Prototipicidade. I. Pereira , Sônia Virgínia Martins . (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

SAMYA NICOLE MENEZES DE OLIVEIRA

**A LINHA TÊNUE ENTRE ARGUMENTAR E DISSERTAR: UMA ANÁLISE DO
NÍVEL DE ARGUMENTATIVIDADE PRESENTE EM TEXTOS NOTA MIL DO ENEM**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como
requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras/Português.

Data: 27/06/2025

Orientadora
Prof^a. Dr.^a Sônia Virgínia Martins Pereira
Universidade Federal de Pernambuco

Examinador 1
Prof^a. Me. Anelilde Maria de Lima Farias
Universidade Federal de Pernambuco

A Deus, que foi minha força.

A Nossa Senhora, que a todo momento intercedeu por mim como mãe protetora.

E a mim, que, mesmo muito cansada, não desisti e não perdi a fé.

AGRADECIMENTOS

Não há outra maneira de iniciar sem ser deixando claro o papel de Deus em minha vida. Sem Ele, nada disso seria possível. Entrei na Universidade aos 17 anos, na capital do estado, alguns quilômetros longe de casa e uma vontade de fazer as coisas darem certo. E deu. Obrigada, **Jesus**, por ser meu refúgio. Obrigada, **Nossa Senhora e São Bento** pela intercessão.

Aos meus pais, **Júnior e Shirley**, pelo suporte emocional e financeiro antes, durante e depois de todo processo. Sem seus apoios nada disso seria possível. Aos **meus avós**, em especial, a **Dona Esther**, grande fonte de inspiração pessoal e profissional, por cuidar de mim, se preocupar com minha alimentação em meio à árdua rotina de trabalho, estudo e estágios. Junto a ela, minha **Mãe Lena**, que mesmo não sendo parente de sangue, cuida de mim com tanto carinho; cujos abraços, que me acolhem desde meus 0 anos, ainda me acalentam aos 22.

Aos meus amigos de Goiana e Recife, que, talvez sem saber, foram alívios cômicos frente à montanha russa vivida nos últimos cinco anos: **Isabelly Oliveira, Ryan Oliveira, Gabriella Issis e Isadora Damilly**. Às minhas parceiras de PIBID, **Jussara Fidelis e Thayná Irla**, com quem vivi dias intensos, mas necessários para meu crescimento pessoal e profissional. A **Millena Paz**, minha fiel escudeira desde o segundo período, com quem enfrentei estágios, muitas disciplinas, transferência de curso e aperreios; sem ela, eu não chegaria aqui. A **Julia Zanatta e Giulia Bruno**, minhas companheiras do ap. 304 e meu lar em Recife.

Ao meu namorado, **Vinícius**, deixo clara minha gratidão, pois desde os primeiros dias se mostrou paciente, empático e parceiro, e já se vão quase cinco anos juntos. Com ele, encontrei a paz que precisava para finalizar essa etapa, que, por vezes, parecia não ter fim. Sua esperança me moveu até aqui, obrigada.

A professora **Sônia Virgínia**, que aceitou sem hesitar a empreitada de orientar esse trabalho, às vésperas da minha convocação, para que eu pudesse assumir a vaga de professora concursada. Nunca poderei agradecer tamanha gentileza e confiança em mim.

Por fim, a todos que cruzaram meu caminho ao longo desse tempo. Àqueles que não consegui citar, mas que se fizeram presentes. Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o nível de argumentatividade presente em redações nota mil do ENEM 2022, a fim de compreender em que medida esses textos se aproximam do protótipo da sequência argumentativa proposto por Jean-Michel Adam (2008; 2016; 2019 [1992]). A investigação parte da premissa de que dissertar e argumentar são atos discursivos distintos, ainda que frequentemente confundidos, especialmente no contexto da redação exigida pelo exame. Dessa forma, optou-se por uma abordagem qualitativa, com base em procedimentos analítico-descritivos, que viabilizaram a interpretação aprofundada de dois textos selecionados da Cartilha do Participante. Foram observadas categorias como tese anterior, dados e premissas, contra-argumentação, coesão argumentativa e conclusão, a fim de verificar a predominância da sequência argumentativa em relação a outras sequências presentes. Os resultados apontam que os textos analisados apresentam estrutura coesa, operadores linguísticos articuladores do ponto de vista e estratégias de convencimento, revelando, portanto, visada argumentativa. Por fim, constatou-se que os textos analisados mobilizam elementos argumentativos de forma recorrente, com predominância clara sobre a exposição, o que permite classificá-los como prototípicamente argumentativos. Posto isso, estudiosos como Adam (2008; 2016; 2019 [1992]), Amossy (2011), Koch (2011), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Travaglia (2009; 2018) e Tavares Correia (2022) contribuíram para o andamento desta pesquisa.

Palavras-chave: Argumentar, Dissertar, ENEM, Redação nota mil, Prototipicidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze the level of argumentativity present in ENEM 2022 essays that achieved the highest score, in order to determine to what extent these texts approximate the prototype of the argumentative sequence as proposed by Jean-Michel Adam (2008; 2016; 2019 [1992]). The investigation is grounded in the premise that *to argue* and *to discuss* are distinct discursive acts, although frequently conflated, particularly in the context of the writing task required by the exam. To this end, a qualitative approach was adopted, based on analytical-descriptive procedures that enabled an in-depth interpretation of two texts selected from the official Participant's Guide. Categories such as initial thesis, data and premises, counter-argumentation, argumentative cohesion, and conclusion were observed to assess the predominance of the argumentative sequence in relation to other present sequences. The results indicate that the analyzed texts display a coherent structure, linguistic operators that articulate the author's standpoint, and persuasive strategies that reveal a clear argumentative intent. Finally, it was found that the texts consistently mobilize argumentative elements, with clear predominance over expository structures, allowing them to be classified as prototypically argumentative. In support of this research, the theoretical contributions of Adam (2008; 2016; 2019 [1992]), Amossy (2011), Koch (2011), Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), Travaglia (2009; 2018), and Tavares Correia (2022) were fundamental.

Keywords: Argumentation, Discussion, ENEM, High-scoring essay, Prototypicality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 A pesquisa.....	10
1.2 Relevância e justificativa.....	12
1.3 Objetivos e perguntas norteadoras.....	13
2 GÊNEROS DISCURSIVOS E TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÕES E IMPLICAÇÕES.....	15
2.1 Argumentação.....	18
2.2 Dissertação, exposição e explicação.....	22
2.3 Os limites entre as tipologias textuais.....	24
3 O TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO DO ENEM.....	26
3.1 A redação do ENEM segundo a Cartilha do Participante.....	26
3.2 A redação enquanto um gênero discursivo-escolar.....	29
4 METODOLOGIA.....	31
4.1 Parâmetros investigados e procedimentos de coleta.....	31
4.2 Procedimentos análise.....	33
5 ANÁLISES.....	34
5.1 Primeira análise.....	34
5.2 Segunda análise.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	43
ANEXOS.....	46

1 INTRODUÇÃO

1.1 A pesquisa

A inserção da disciplina de Língua Portuguesa nos currículos escolares foi motivada pelos exames preparatórios externos para entrada nas universidades¹ (Razzini, 2010). Isto é, ainda que a língua portuguesa tenha sido explorada durante o período de colonização como ferramenta de dominação pelos povos portugueses frente aos indígenas, sua notoriedade e consolidação enquanto símbolo de poder, por parte dos brasileiros, ficaram evidentes quando ela adentra os espaços acadêmicos. Hoje, especialmente para as séries do ensino médio, a disciplina foi atrelada à tipologia textual dissertativo-argumentativa, que, para autores como Lebler e Lenes (2021), é um gênero *altamente escolarizado*, uma vez que “adotam-no como o padrão de produção textual com a finalidade de avaliar a capacidade de expressão escrita dos estudantes.” (*ibidem*, p. 39). Ou seja, os critérios avaliativos estabelecidos pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) servem como guia para o ensino do eixo de produção textual no Brasil, que foi limitado às exigências das competências da redação. Assim, da mesma forma que, anteriormente, a disciplina estava ligada aos exames, hoje, conhecer a estrutura da redação é um parâmetro definidor daqueles que escrevem bem no ambiente escolar e, em consequência, que têm a chance de ocupar espaços nas universidades. Fica claro que a valorização da escrita em detrimento de outras formas de linguagem - como a fala - continua acontecendo e, na realidade da escola, está sendo, agora, associada à nota entre 0 e 1000 dada pela banca corretora do ENEM.

Dessa forma, requer-se do estudante tanto na escola quanto no ENEM as seguintes habilidades para escrita do texto em 30 linhas: 1) domínio da norma culta escrita da língua; 2) compreensão temática, atendimento à estrutura e uso de repertórios de outras áreas do conhecimento; 3) seleção, organização e argumentação pertinentes; 4) domínio de recursos coesivos; e 5) elaboração de uma proposta de intervenção condizente aos pontos trazidos no texto, com cinco elementos fundamentais, sendo eles: agente, ação, modo/meio, finalidade e detalhamento.

Assim, tendo em vista o destaque da redação na vida escolar dos estudantes, é válido pensar se o trabalho com essa produção textual, ainda que não seja ideal em aspectos pedagógicos e linguísticos, é efetivo ao ponto de o aluno compreender o que é argumentar e

¹“A análise dos currículos do Colégio Pedro II e o estudo da trajetória do ensino de língua materna refletem tanto a subordinação do ensino secundário aos Exames Preparatórios, quanto o peso dos estudos humanistas” (Razzini, p. 49, 2010).

aprender a como produzir um texto argumentativo desse tipo. Assim, tendo em vista o destaque da redação na vida escolar dos estudantes, é válido pensar se o trabalho com essa produção textual, ainda que não seja ideal em aspectos pedagógicos e linguísticos, é efetivo ao ponto de o aluno compreender o que é argumentar e aprender a como produzir um texto argumentativo desse tipo. Tal cenário levanta questionamentos sobre os limites entre ensinar a escrever para a vida e ensinar a escrever para a prova, muitas vezes privilegiando fórmulas prontas e estruturas fixas em detrimento de práticas mais dialógicas, criativas e efetivamente formadoras. Nesse sentido, torna-se imprescindível refletir sobre o nível de argumentatividade presente nas redações nota mil, não apenas como modelo a ser replicado, mas como objeto de análise crítica que revele quais aspectos do ensino de produção textual estão sendo reforçados — e quais estão sendo negligenciados — no processo de preparação para o ENEM.

Para compreender tais implicações, é necessário, antes, delimitar conceitualmente o que se entende por *dissertar* e *argumentar*. Embora ambos os termos estejam frequentemente associados, especialmente no contexto escolar, eles não são sinônimos. *Dissertar* requer organizar ideias de forma expositiva e estruturada sobre determinado tema, enquanto *argumentar* exige, além da exposição, a defesa de um ponto de vista sustentado por ideias convincentes. Como destacam Koch e Elias (2017), a dissertação pode existir sem argumentação, mas não há argumentação sem uma organização discursiva que a sustente. Essa distinção, muitas vezes negligenciada nos processos de ensino-aprendizagem da escrita, revela uma linha tênue entre os dois atos discursivos. Compreender essa diferença é fundamental para analisar o grau de argumentatividade presente nas redações nota mil do ENEM e refletir sobre os efeitos dessa prática avaliativa na formação discursiva dos estudantes. Diante disso, é necessário pensar os limites entre a exposição dos fatos e argumentação propriamente dita, visto que modelos prontos desse texto são oferecidos “on-line” e em materiais didáticos, de ordem impressa e digital, e são formados por um aglomerado de repertórios socioculturais que podem limitar a produção do ponto de vista dos alunos, atrapalhando-os de escrever explicitamente² sua opinião no texto.

Como as redações nota mil servem de exemplo e espelho para as pessoas que querem alcançar uma boa nota — pois são tidas como “perfeitas” —, é válido analisar se elas, nos limites da redação, atendem aos critérios fundamentais — que serão, também, estudados no trabalho — dessa tipologia textual. Diante do exposto, o presente trabalho visa a análise de

²Ao longo da revisão de literatura, ficará claro que, na perspectiva do trabalho, argumentar é um ato linguístico que permeia todo e qualquer discurso (Koch, 2004, p. 17). Ou seja, a pesquisa irá partir do princípio de que todas as redações nota mil são argumentativas, cabendo analisar se isso se dá em maior ou menor grau.

redações que receberam nota mil, no ENEM, em 2023, com o olhar para aspectos condizentes à competência 3, respectiva à construção da argumentação, tal como na Cartilha do Participante (2023):

1.3 COMPETÊNCIA III

SELECIONAR, RELACIONAR, ORGANIZAR E INTERPRETAR INFORMAÇÕES, FATOS, OPINIÕES E ARGUMENTOS EM DEFESA DE UM PONTO DE VISTA

O terceiro aspecto a ser avaliado é a forma como você, em seu texto, seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista escolhido. É preciso, então, elaborar um texto que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida por você em relação à temática da proposta de redação.

A Competência III trata da inteligibilidade do seu texto, ou seja, de sua coerência e da plausibilidade entre as ideias apresentadas, o que está alicerçado no planejamento prévio à escrita, isto é, na elaboração de um **projeto de texto**.

A inteligibilidade da sua redação depende, portanto, dos seguintes fatores:

- seleção de argumentos;
- relação de sentido entre as partes do texto;
- progressão adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são, pouco a pouco, apresentadas de forma organizada;
- desenvolvimento dos argumentos, com a explicitação da relevância das ideias apresentadas para a defesa do ponto de vista definido.

Fonte: Cartilha do Participante 2023 (Brasil, 2023, p. 15)

Para isso, autores como Bakhtin (2016 [1952-1953]), Coroa (2016), Marcuschi (2005; 2008), Koch (2014) e outros serão mencionados, a fim de compreender melhor os textos escolhidos e alcançar os objetivos descritos a seguir.

1.2 Relevância e justificativa

A redação do ENEM é - desde o início de seu estabelecimento como uma habilidade necessária para a entrada nas universidades³ - muito temida pelos estudantes brasileiros, e a escola, então, precisou se adaptar para ensinar de maneira condizente ao que era cobrado no exame. Com o passar do tempo, as formas de correção do texto vêm sendo popularizadas e, com a expansão da internet e das redes sociais, atualmente, muitos materiais são compartilhados diariamente com a finalidade de “facilitar” a escrita. Modelos praticamente prontos do texto podem ser achados facilmente, cabendo aos alunos adicionarem apenas o tema solicitado pela banca. Com isso, o texto deixou de ser um espaço de interação e

³O ENEM obteve sua extrema relevância no ensino brasileiro nos últimos 15 anos, apesar de ter sido implementado anos antes. A adição da redação e o requisito de não poder zerá-la, em 2010, deu ao texto um enorme prestígio, que continua, mesmo com a estigmatização recebida nos dias de hoje, se perpetuando.

circulação do pensamento crítico para tornar-se uma fórmula esvaziada de sentido e posicionamento, visto que pessoas do Brasil inteiro podem, por meio da memorização, escrever textos extremamente semelhantes.

Nesse sentido, é preciso pensar em como o ensino de Língua Portuguesa foi afetado com tudo isso, pois segundo os ideias de Costa, Martins e Pereira (2023):

na formação inicial do docente em Letras não há, de acordo com os currículos da maioria das universidades federais no país, uma disciplina voltada para o ensino de produção textual exclusivamente, principalmente com os moldes e as particularidades que a redação do ENEM solicita do professor (p. 24)

Especialmente no que se refere ao eixo da escrita, a redação acabou, em muitas escolas, por substituir o trabalho com outros gêneros textuais que poderiam favorecer uma compreensão mais ampla e profunda do que significa argumentar, bem como das diversas estratégias argumentativas possíveis. Com isso, houve uma redução significativa da diversidade de práticas discursivas e, consequentemente, do que poderia ser efetivamente aprendido pelos alunos. Observa-se, assim, um processo de fragmentação, no qual a escrita passa a ser tratada como uma atividade à parte do ensino de língua, “sendo uma carga horária extra, dedicada a ensinar mais detalhadamente acerca do gênero textual dissertativo-argumentativo que é cobrado no exame” (Costa; Martins; Pereira, 2023, p. 24). Em outras palavras, o ensino da escrita se instrumentaliza, subordinando-se às exigências do ENEM e afastando-se de uma abordagem mais formativa, crítica e dialógica da linguagem.

Com experiências nos estágios curriculares obrigatórios e no Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), por exemplo, fica visível a dificuldade dos alunos no quesito “argumentar”, porque, muitas vezes, não sabem exatamente do que se trata ou como fazer devido ao contato limitado com apenas esse texto. Diante disso, o trabalho *A linha tênue entre argumentar e dissertar: uma análise do nível de argumentatividade presente em textos nota mil do ENEM* busca analisar, dentre os textos que alcançaram a nota máxima da redação, se, apesar das limitações citadas, os estudantes-autores conseguiram exercitar a argumentação de maneira consistente e com predominância, isto é, se conseguiram, de fato, cumprir o que o texto propõe sem desviar completamente o foco textual para outras tipologias, como a expositiva.

1.3 Objetivos e perguntas norteadoras

Diante da relevância que a redação do ENEM assume no cenário educacional brasileiro, especialmente por seu caráter decisivo no acesso ao ensino superior, esta pesquisa

tem como objetivo geral investigar o nível de argumentatividade presente em redações nota mil, buscando compreender em que medida esses textos, considerados modelos de excelência, efetivamente constroem uma argumentação sólida e autoral ou se apenas reproduzem estruturas dissertativas expositivas que atendem às exigências formais do exame. Com isso, pretende-se refletir sobre a tênue fronteira entre argumentar e dissertar, eixo central desta análise.

Para atingir tal finalidade, propõe-se, inicialmente, a revisão de fundamentos teóricos que sustentam os conceitos de dissertação, argumentação, ponto de vista e gênero, com base em autores como Adam (2008; 2016; 2019 [1992]), Amossy (2011), Koch (2011), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Travaglia (2009; 2018) e Tavares Correia (2022). Em seguida, será realizada uma análise discursiva de um conjunto de redações nota mil, observando-se elementos como a presença de tese explícita, estratégias de convencimento, uso de repertório sociocultural e recursos coesivos que sustentam a progressão argumentativa do texto. Ao investigar essas produções, busca-se identificar se os textos analisados tendem a uma argumentação genuína ou se apenas seguem uma lógica expositiva bem estruturada.

Pensando que, para que ocorra a análise dos textos dissertativos-argumentativos de maneira completa e estruturada, é necessário fazer, antes, uma revisão literária acerca dos conceitos fundamentais que permeiam a discussão e estabelecer objetivos que abarquem ambas as partes do trabalho. Assim, estabeleceu-se objetivos que correspondem tanto 1) à fundamentação teórica a ser revisada para melhor compreensão do *evento*⁴ da redação quanto 2) à análise dos textos propriamente dita. Dessa forma, tem-se:

Objetivo geral:

1. **Analizar** o nível de argumentatividade em redações nota mil do ENEM, identificando características das tipologias expositiva e argumentativa, a fim de compreender os limites e intersecções entre ambas.

Objetivos específicos:

1. *Caracterizar* as redações analisadas em mais ou menos prototípicas argumentativamente⁵.

⁴Em consonância com Beaugrande (1997, p. 11): “é essencial ver o texto como evento comunicativo no qual convergem ações linguísticas, cognitivas, e sociais, e não apenas como sequências de palavras que foram ditas ou escritas”.

⁵Para fins de esclarecimento, cabe destacar que este trabalho não se propõe a tratar o texto como um objeto matemático, tampouco pretende mensurar quantitativamente o grau de argumentação presente nas redações analisadas. O objetivo é, ao longo da pesquisa, identificar e consolidar as características essenciais de um texto

2. *Investigar* quais estratégias discursivas e linguísticas são utilizadas nas redações nota mil para sustentar ou simular a argumentação.

2 GÊNEROS DISCURSIVOS E TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÕES E IMPLICAÇÕES

As reflexões sobre os gêneros do discurso, em sua essência, são antigas, vindas desde os estudos da retórica e da poética, com Aristóteles e Platão, respectivamente. Contudo, foi na Literatura que o conceito tomou forma, uma vez que a escrita literária — pelo menos na época — era marcada por rigidez, já que seguia um modelo ideal previamente estabelecido. Então, somente com Bakhtin e os estudos do Círculo que o conceito foi revisitado e relacionado às interações cotidianas que colocam a língua em uso nas diversas esferas da atividade humana. Dessa maneira, a perspectiva adotada no trabalho segue os pressupostos do dialogismo estudado por Bakhtin, pois acredita-se que não é possível estudar o gênero sem considerar as dimensões da interação social.

Sendo assim, segundo os estudos de Bakhtin (2016 [1952-1953]), os gêneros são entendidos enquanto “*tipos relativamente estáveis* de enunciados” (p. 262; ênfase no original). Vale considerar a ênfase dada pelo autor no trecho anterior, pois os gêneros podem ser modificados pelos falantes a depender da situação comunicativa, sendo adaptados de acordo com a relação entre os interlocutores, o status social - entende-se como posição social - e as relações de poder ali empregadas. Isto é, a comunicação se dá por meio dos gêneros de maneira intrínseca ao falante, ainda que ele não tenha plena consciência de que os utiliza. Isso porque, em geral, os falantes que dominam uma língua também dominam, de forma variável, os gêneros com os quais convivem socialmente, estão habituados ou foram expostos ao longo de suas experiências comunicativas.

Ainda nessa perspectiva, acrescenta-se que, para Bakhtin (*ibidem*), todo enunciado deve ter, ser ou proporcionar: 1) a alternância dos sujeitos, logo, ter uma atitude responsiva, 2) ser conclusivo para cada sujeito e exaurível no tema, 3) intenção discursiva 4) propósito comunicativo e 5) estar situado em um contexto sociohistórico e cultural. Relacionando as características acima com os estudos de Bronckart (2009), o locutor precisa fazer diversas escolhas ao mobilizar os gêneros, pois precisa “ler” a situação em que está inserido e rapidamente optar por qual caminho seguir dentro de um vasto leque de possibilidades, pois os gêneros são diversos e “(...) sua estabilidade é relativa ao momento histórico-social em

argumentativamente robusto, com base em referenciais teóricos, a fim de avaliar qualitativamente o corpus selecionado e verificar se tais atributos se manifestam, de fato, nas redações nota mil escolhidas para análise.

que surge e circula” (Coutinho, 2004, p. 35-37 *apud* Marcuschi, 2008a, p. 84). Ou seja, quer dizer que as especificidades apresentadas por cada gênero influenciam a construção do discurso integrador, sendo válido considerar questões sociais, políticas, geográficas e culturais que atravessam o sujeito, seja no texto falado ou escrito.

Todo enunciado é ligado por outros enunciados, pois cada um é uma resposta a outros, formando uma cadeia que interliga todos esses discursos, não apenas com os enunciados antecedentes, mas também com os subsequentes. Ao elaborá-lo, o falante se relaciona com o seu interlocutor, aquele que possivelmente vai ter uma atitude responsiva frente ao texto. Assim, o falante/escritor, para se fazer entender, responde possíveis questionamentos do interlocutor, pode fazer provocações, leva em conta possíveis preconceitos, suas concepções, nível de conhecimentos e outros aspectos.

Portanto, sem os gêneros a comunicação seria impossível e esse fator faz com que exista uma grande diversidade deles. Dominar os gêneros é dominar a comunicação, por isso a importância de conhecer essa heterogeneidade, desde os mais simples aos mais complexos, desde aqueles que são usados para estabelecer um simples contato àqueles que são utilizados em situações mais programadas. Além disso, a reacentuação deles pode ser empregada, que acontece quando ocorre uma transferência de características de um gênero para outro em determinadas situações comunicativas. É nesse sentido que Bakhtin (2016 [1952-1953]) os categoriza quanto gêneros primários e secundários. Os gêneros primários são assim chamados por apresentarem um caráter imediato e espontâneo na comunicação, ou seja, são formas de enunciado que surgem em situações cotidianas e informais de interação — como uma conversa, um bilhete ou uma mensagem oral — e que circulam naturalmente no convívio social, sem planejamento prévio ou intenção estética ou científica. Já os gêneros secundários são mais complexos e sistematizados, geralmente associados a esferas institucionais como a literária, científica ou jornalística. Esses são produzidos com objetivos mais elaborados, intencionais e menos espontâneos, como no caso de poemas, artigos acadêmicos, editoriais ou obras literárias, que exigem domínio de normas e convenções específicas de circulação e recepção.

O filósofo da linguagem estabelece que a mobilização dos gêneros por parte do falante depende, também, da esfera de atividade em que ele está inserido, isto é, o domínio social em que a linguagem será utilizada. De maneira semelhante, para Marcuschi (2008b), os gêneros estão ligados aos domínios discursivos aos quais estão inseridos, isto é,

Domínio discursivo constitui muito mais uma “esfera da atividade humana” no sentido bakhtiniano do termo do que um princípio de classificação de textos e indica instâncias discursivas (por exemplo: discurso jurídico, discurso religioso

etc.). Não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados. Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder (Marcuschi, 2008b, p. 154).

Tendo compreendido melhor a definição de *gênero discursivo*, faz-se necessário pensar sobre sua relação com os *tipos textuais*. Em sua constituição, os textos precisam mais do que frases isoladas para garantia do sentido, sendo necessários vários elementos para que isso aconteça. Assim, em consonância com Marcuschi (2005), os tipos são uma:

espécie de construção teórica definida pela natureza lingüística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção (Marcuschi, 2005, p. 22)

Dessa maneira, observa-se que, conceitualmente, tipos e gêneros são categorias distintas, embora inter-relacionadas. Enquanto os gêneros são numerosos e moldados por contextos de uso, os tipos, segundo algumas abordagens teóricas, são definidos por critérios compostionais mais rígidos e abrangem um número reduzido de categorias. Nessa perspectiva, como aponta Sousa (2012, p. 350-351), os tipos nem sempre conseguem contemplar toda a heterogeneidade dos textos reais, o que levanta questionamentos sobre a suficiência dessa classificação em contextos mais dinâmicos de produção textual. Contudo, para ter uma definição melhor que seriam os *tipos*, é preciso visitar os pressupostos de Adam (2019 [1992]) ao falar sobre as sequências linguísticas.

Em um primeiro plano, é válido mencionar que Adam não assume a concepção de que as sequências tenham um protagonismo definidor da tipologia textual - isto é, que elas não determinam categoricamente o tipo - , pois acredita, assim como dito anteriormente, que cada texto se diferencia de outro, não sendo possível restringi-lo a apenas uma classificação (Oliveira, 2016). Contudo, é indubitável sua contribuição nos estudos do texto, uma vez que buscou estudar a teoria dos protótipos textuais, a fim de estabelecer uma série de critérios para entender, de forma global, as funções comunicativas específicas de cada texto.

Desse modo, as sequências linguísticas seriam fragmentos do texto articulados entre si que formam cadeias de sentido que devem atender às expectativas do gênero ao escolhê-lo; e que podem ser analisadas segundo várias óticas, como através de uma análise estrutural, semântica, pragmática e de coesão e coerência. A articulação entre as partes é fundamental na sequência, pois é o que a diferenciará de um “período” - menor e menos complexo -, ou seja, “uma sequência é uma estrutura relacional hierárquica pré-formatada que reúne

macroproposições em uma unidade textual mais ampla do que um simples período.” (Adam, 2016, p. 311)⁶.

Relacionando ao ensino do texto nas escolas, o domínio das sequências linguísticas, por parte dos estudantes, possibilita, em consequência, a competência para desenvolver minimamente as características basilares de cada tipologia. Isto é, é conhecendo as sequências que se pode dominar as microestruturas do texto, bem como suas macroestruturas (Souza, 2015, p. 11). Na perspectiva do presente trabalho, busca-se entender qual é o protótipo da tipologia argumentativa, como ele está presente nos textos analisados e se/como se confunde com as sequências expositivas, mas sem desconsiderar a visão dos autores supracitados, que defendem a heterogeneidade tipológica como algo que é inerente a todos os textos⁷. Em suma, entende-se, portanto, que

[...] para a noção de *tipo textual* predomina a identificação de *sequências lingüísticas típicas* como norteadoras; já para a noção de gênero textual, predominam os critérios de *ação prática, circulação sócio-histórica, funcionalidade, conteúdo temático, estilo e composicionalidade* [...] (Marcuschi, 2008b, p. 24; ênfase no original)

2.1 Argumentação

Os estudos da argumentação remontam à Antiguidade Clássica, sendo, portanto, anteriores às formulações teóricas modernas sobre texto, discurso e gênero. Na Grécia Antiga, filósofos e retóricos como Aristóteles, Platão e os sofistas já se debruçavam sobre os modos de persuadir, elaborar argumentos e influenciar interlocutores por meio da linguagem. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) destacam que a argumentação não se limita à demonstração lógica formal, como ocorre na matemática, em que a validade do raciocínio é alheia a quem a ouve — ou a recebe —. Pelo contrário, ela se constrói com base na tentativa de convencer o outro dentro de um contexto específico, considerando valores, crenças e conhecimentos compartilhados. Dessa forma, a argumentação assume um papel social e interativo, sendo uma prática discursiva essencial nas relações humanas e “[...] está na língua não importando qual meio as pessoas usem-na para se comunicar, pois em todo texto há uma ideologia, mesmo que o locutor ainda não tenha plena consciência disso” (Silva, 2009, p. 2).

⁶Durante as análises, será possível perceber o quanto essa diferenciação é importante para identificar a predominância das sequências argumentativas frente às expositivas, pois não basta um período ou a sucessão deles (encadeamento periódico) para tornar o texto predominantemente argumentativo.

⁷ Em *Textos, tipos e protótipos*, Adam (2019 [1992]) esclarece que a obra tem “(...) por objetivo descrever o fato de os textos serem muito frequentemente compostos de fragmentos de muitos tipos mais ou menos articulados entre si: presença de descrição e/ou de diálogo em uma narração, de argumentação no diálogo, de narração na explicação etc.” (p. 15). Ou seja, desde o princípio, o autor firma seu desprendimento em encontrar textos que correspondam integralmente a um único tipo.

Dessa forma, pode-se dizer que todo e qualquer texto, mesmo que não tenha a intenção de ser ou busque a predominância argumentativa, ainda a tem intrinsecamente⁸. Nesse sentido, antes de entender a prototípicidade das sequências argumentativas, é válido mencionar as palavras de Koch (2011) sobre o que é argumentar:

Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos e valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta fluir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar** constitui o ato linguístico fundamental, pois **a todo e qualquer momento subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade (Koch, 2011, p.17; ênfase no original).

Em Adam (2008; 2016; 2019 [1992]), a argumentação é vista a partir de uma unidade textual-discursiva, a qual é a sequência argumentativa. Nessa perspectiva, o objetivo não é o corrompimento⁹ do leitor, mas sim o desenvolvimento de uma justificativa ou um refutamento à tese apresentada (ou “dado/conclusão”). Antes de tudo, cabe deixar claro que essa não é a única maneira de compreender os fenômenos argumentativos, pois, ao longo da história, muitos teóricos se dedicaram a entender melhor o seu funcionamento, resultando em diversas análises sobre a questão. Pode-se mencionar nomes como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), já mencionados, e Toulmin (2006), com influência de Anscombe e Ducrot (1983), que, respectivamente, fizeram abordagens da Nova Retórica e uma abordagem histórica da argumentação. É preciso deixar claro que o trabalho não visa debater profundamente cada uma das perspectivas, mas compreender que a argumentação é plural - logo, não pode ser vista isoladamente e de maneira homogênea - e como ela se dá nos textos nota mil analisados.

Entretanto, a fim de entendê-las melhor, é importante visitar a contextualização de Tavares Correia (2022) sobre as diferentes maneiras de abordar a argumentação:

[ela] pode ser estudada por diferentes perspectivas, apresentando distintas abordagens, tais como, a argumentação retórica, que focaliza o processo e as técnicas de persuasão; a argumentação na interação, que se volta para as trocas ocorridas em interações especificamente argumentativas; e a argumentação no discurso, que se ocupa dos recursos de linguagem empregados no processo de persuasão (Tavares Correia, 2022, p. 317).

Por outro lado, retomando a perspectiva de Jean-Michel Adam, que propõe uma abordagem integrativa entre a análise do discurso e a análise textual, destacando a interação entre os aspectos linguísticos e discursivos no processo de construção de sentido. Ele observa

⁸ Em consonância com os estudos da Linguística Textual, esse será o posicionamento adotado no trabalho.

⁹ Aqui, entende-se “corrompimento” como “causar uma mudança de ideia ou pensamento”.

que a argumentação não se limita a uma estrutura fixa, mas se manifesta em diferentes gêneros textuais e em sequências discursivas variadas. Assim, Adam (2008; 2016; 2019 [1992]) busca unir a microanálise linguística (elementos sintáticos, léxicos) à macroanálise discursiva (contexto social, interações), mostrando como o texto e o discurso se complementam na criação e organização de argumentos. Essa abordagem valoriza tanto a estrutura interna dos textos quanto seu contexto comunicativo, considerando fatores como gênero, coesão e coerência.

Então, em *Tipos, textos e protótipos* (2019 [1992]), o autor buscou explorar os limites entre as sequências e categorizá-las a partir de um grau de escala que determinaria se o texto seria mais ou menos prototípico a depender da dominância de uma delas¹⁰. Cada texto pode combinar diferentes sequências prototípicas, mas uma delas geralmente predomina. O autor sublinha que essas formas não são rígidas, mas sim protótipos, ou seja, modelos que servem de base para variações textuais dependendo do contexto e da intenção comunicativa. Portanto, o conceito de protótipo de texto, para ele, está relacionado à ideia de que textos reais se aproximam ou se distanciam desses modelos ideais, conforme as necessidades do discurso e o contexto de produção. Assim, o modelo abaixo elucida o que seria uma sequência argumentativa que, se predominante, tornaria um texto prototípicamente argumentativo:

Quadro 1 - Protótipo da sequência argumentativa



Fonte: Adam (2008, p. 233 *apud* Magalhães, 2016, p. 111)

A sequência argumentativa envolve uma dinâmica de apresentação e defesa de uma tese, suportada por argumentos, enquanto enfrenta e refuta argumentos contrários. A eficácia dessa estrutura depende da capacidade do locutor de organizar¹¹ e priorizar os argumentos

¹⁰No trecho a seguir, o autor exemplifica a ideia de prototipicidade: “(...) parece existir um esquema prototípico da sequência narrativa que permite distingui-la de uma sequência descritiva, ou argumentativa ou outra. É o esquema ou imagem mental do protótipo abstrato, construído a partir de propriedades típicas da categoria que permite o reconhecimento subsequente deste ou daquele exemplo como mais ou menos prototípico.” (2019 [1992], p. 63).

¹¹Para esclarecer o que seria “organização” do texto, o termo será retomado posteriormente - ainda nesse tópico.

convincientemente. Sobre sua estrutura, como é possível observar na imagem, o locutor parte uma tese existente anterior ao ponto de vista que ele pretende provar ou defender no decorrer do texto, ou seja, alguma proposição que já circula e é socialmente aceita. Feito isso, seleciona argumentos ou contra-argumentos que sustentem ou refutem a tese anterior e tais dados precisam, de certa maneira, exprimir sua opinião e fazer com que o leitor consiga deduzir sua tese - que seria a “conclusão” principal do texto. Tanto a tese quanto os argumentos são passíveis de contraposições, então os argumentos e contra-argumentos se tornam protagonistas nesse processo, tornando a sequência dominante argumentativa. Para isso, é de suma importância que eles estejam organizados e que constituam uma linha de raciocínio lógica para que quem lê o texto possa comprehendê-lo ao ponto de ser convencido da ideia que a tese principal propõe (Magalhães, 2016). Essa conclusão é, portanto, o núcleo da argumentação: é ela que organiza a seleção dos argumentos, a forma como o texto se desenvolve e as estratégias retóricas utilizadas. Trata-se de uma proposição nova (ou uma nova forma de olhar para algo já existente), que o locutor quer que o leitor ou interlocutor aceite ou considere legítima ao final do texto.

Quanto à organização já comentada, é preciso pensar no conceito de *plano de texto*. Adam (2008) esclarece que os planos são fundamentais para entender os sentidos contidos no texto, por permitir a quem escreve planejar o texto e a quem lê, comprehendê-lo melhor. Isso acontece porque o *plano* precede a escrita e permite ao autor reorganizar as ideias que serão transmitidas (Marquesi et. al, 2017), isto é:

- 1) Antes de selecionar a tese anterior (1), o escritor precisa rememorar conhecimentos prévios sobre o assunto;
- 2) Depois, acontece, de fato, o estabelecimento da tese anterior (1);
- 3) Feito isso, deve selecionar os dados mais relevantes para compor a ideia, hierarquizando-os em ordem de importância e aparecimento;
- 4) Em concordância com o tópico anterior, deve escolher quais argumentos e/ou contra-argumentos podem ser utilizados para alcançar o objetivo;
- 5) Por fim, alcança-se a conclusão.

Essas etapas influenciam diretamente a qualidade da sequência e sua recepção, porque “perceber um princípio organizador do texto ajuda o leitor a inferir os efeitos de sentido desejados pelo produtor.” (Marquesi et. al, 2017, p. 15). Como visto, a quantidade de aparecimentos desse tipo de sequência no texto, segundo Adam (2008; 2016; 2019 [1992]), o torna mais argumentativo e, em consequência, correspondente ao protótipo.

Para finalizar o panorama dos estudos da argumentação no trabalho, é válido destacar mais uma questão: a diferença entre *dimensão* e *visada* argumentativa. De acordo com Amossy (2011) e partindo da visão de que todo texto é argumentativo, todos eles detêm uma dimensão argumentativa - em outras palavras, todos são compostos por estratégias indiretas para persuadir o leitor - mas nem todos possuem visada, ou seja, fazem isso declaradamente.

Para a autora:

Mesmo que, por sua natureza dialógica, o discurso comporte, como qualidade intrínseca, a capacidade de agir sobre o outro, de influenciá-lo, é preciso diferenciar entre a estratégia de persuasão programada e a tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s). [...] As coisas apresentam-se diferentemente, no caso da dimensão argumentativa, em que a estratégia de persuasão é indireta e, muitas vezes, não admitida. Ela aparece na verbalização que produz um discurso cujo objetivo declarado é outro e não o argumentativo (Amossy, 2011, p. 131-132).

Nesse sentido, os textos que possuem apenas *dimensão argumentativa* possuem *argumentatividade*¹², que se refere à potencialidade de um enunciado ou de um texto para promover uma argumentação, mesmo que esta não esteja explícita. Ela está ligada à característica intrínseca de certos elementos discursivos que, embora não sejam diretamente uma argumentação completa — ou seja, estruturada com tese claramente formulada, argumentos desenvolvidos e, eventualmente, uma conclusão que reafirma a posição defendida —, carregam em si a intenção de influenciar, sugerir ou sustentar um ponto de vista. A argumentatividade pode estar presente em um texto sem que o autor recorra a uma argumentação formal e, na mesma lógica da argumentação, ela não se apresenta de maneira uniforme, pois pode surgir em diversos tipos de textos e discursos. Enquanto isso, os textos com *visada argumentativa* se estruturam tal como a sequência argumentativa dominante proposta por Adam (2008; 2016; 2019 [1992]), logo, são mais prototípicamente argumentativos.

2.2 Dissertação, exposição e explicação

Sobre a dissertação, nem Adam (2008; 2016; 2019 [1992]) nem Marcuschi (2005) — autores trazidos para a discussão sobre a argumentação — comentam sobre essa sequência ou tipologia diretamente. Durante a pesquisa, ficou claro que os pesquisadores não se ativeram sobre o tipo dissertativo no passado, com exceção de Travaglia (2009; 2018) que identificou que, para muitos, como Fávero e Koch (1987 *apud* Travaglia, 2009), o termo foi confundido com outros, com “explicativo” e “expositivo” enquanto seus sinônimos, mas nunca com a

¹²Entender esse conceito será importantíssimo para compreender a análise.

denominação “dissertativo” para nenhum tipo de texto. Portanto, seguindo a linha teórica de Travaglia (2009; 2018), é válido pensar sobre como é possível definir essa tipologia e suas características essenciais.

Ainda no mesmo artigo, Travaglia (2009) menciona que o tipo dissertativo também foi chamado de “argumentativo stricto sensu”¹³ (p. 2635) e que poderia ser identificado quando Adam (2019 [1992]) teorizava sobre a sequência explicativa. Fica perceptível, então, que os termos estão interligados e que, por vezes, foram confundidos, tanto em características composticionais quanto na nomenclatura. Para fazer essa distinção, verificou-se que Travaglia (2018) menciona uma nova forma de categorização: os subtipos. Para ele,

o subtipo é um tipelemento que se caracteriza e pode ser identificado por ser uma categoria de texto que na verdade é um tipo, portanto estabelece uma forma ou modo de interação, mas não um tipo independente, e sim um tipo que é variedade de outro que lhe é superordenado e que é caracterizado por uma perspectiva única em que os subtipos se encaixam (Travaglia, 2018, p. 146).

Dessa forma, segundo sua perspectiva, o dissertativo seria um tipo textual que abriga dois subtipos¹⁴: o expositivo e o explicativo — não há nenhuma menção ao subtipo argumentativo, como o visto no ENEM. Então, cada subtipo pode ser explicado das seguintes maneiras:

- 1) *Expositivo*: Para Travaglia (2018, p. 1350) “(...) a exposição é a apresentação de um saber/conhecer de forma consensual e lógica.” Nesse caso, o *expositivo* expõe os dados sem nenhum tipo de discordância das ideias, problematização ou reavaliação crítica. Assim, sua estrutura composicional é constituída através de três formas, conforme Fávero e Koch (1987): o esquema dedutivo (generalização-especificação), indutivo (especificação-generalização) ou dedutivo-indutivo (generalização-especificação-generalização).
- 2) *Explicativo*: “Apresenta um ponto incontestável do conhecer/saber que é, todavia, problematizado, exigindo uma resolução ou explicação seguida de uma conclusão e avaliação do problema posto.” (*ibidem*, p. 1351). Esse subtipo foi proposto por Adam (2019 [1992]) e, portanto, pode ser pensado através de uma sequência explicativa prototípica composta por: uma constatação inicial; uma problematização; a

¹³É preciso reiterar que, para o autor, tais tipos sempre foram distintos, apesar de haver, sim, certas similaridades.

¹⁴Ressalta-se que, para chegar a essa conclusão, segundo o próprio autor, foi preciso ater-se aos pressupostos de Adam (1993); de Bronckart (2003); Dolz e Schneuwly (2004) e Fávero e Koch (1987).

resolução ou explicação; e a conclusão-avaliação. Conforme Bronckart (2009 [1999]) e Adam (2008), o esquema pode ser entendido como:

Quadro 2 - Protótipo da sequência explicativa

(1) Constatação inicial Estabelecimento do problema-base	(2) Problematização “É que” “Para que” “Como”	(3) Explicação Respostas ao problema-base	(4) Conclusão-avaliação Reformulação da constatação inicial
---	--	--	--

Fonte: A autora (2024)

Consoante Marquesi *et. al* (2017) predominam nessa construção os verbos do presente do indicativo, além de orações adjetivas. Ademais, mesmo que a constatação inicial já seja incontestável desde o princípio, sua explicação pode funcionar como auxiliar da argumentação, por isso a etapa da explicação (3) é tão importante, uma vez que pode ser um apoio para a construção do ponto de vista do escritor.

2.3 Os limites entre as tipologias textuais

Diante do que foi discutido, fica perceptível, então, que as tipologias argumentativa e dissertativa têm suas diferenças, mas também que podem ser relacionadas. Então, a fim de entender quais os limites entre elas para melhor compreensão da análise, observa-se a tabela abaixo com um panorama do que foi abordado até o momento:

Quadro 3 - Distanciamentos entre as tipologias/sequências

Tipologia argumentativa	Tipologia dissertativa
Objetivos: Defender uma tese ou ponto de vista e persuadir o interlocutor a aceitar essa perspectiva. A intenção é convencer por meio de razões e justificativas.	Objetivos: Tornar um conceito, fato ou fenômeno mais claro e compreensível a todos. O foco está na informação e no esclarecimento, sem a intenção de convencer.
Características composticionais: <ul style="list-style-type: none"> • Organiza-se em torno de uma tese (uma proposição a ser defendida); • Argumentos que sustentam essa tese; • Frequentemente inclui contra-argumentos e a refutação deles. 	Características composticionais: <ul style="list-style-type: none"> • Usa enunciados analíticos; • Verbos no presente do indicativo; • Apresenta definições, classificações e exemplos.

<p>Estrutura prototípica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Tese anterior; ● Dados e/ou premissas; ● Inferências; ● Conclusão; 	<p>Estrutura prototípica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Subtipo expositivo: não possui, mas pode se dar entre as relações de generalização e especificação; 2) Subtipo explicativo: <ul style="list-style-type: none"> ● Constatação inicial; ● Problematização; ● Explicação; ● Conclusão-avaliação.
<p>Relação com o interlocutor:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Parte do pressuposto de que o interlocutor pode discordar ou ter outra opinião, por isso o discurso busca convencê-lo. A argumentação envolve uma tentativa de influenciar ou modificar a visão do interlocutor. 	<p>Relação com o interlocutor:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Assume que o interlocutor não conhece ou entende o fenômeno e, por isso, precisa de uma explicação. Não há intenção de alterar a opinião do interlocutor, mas de fornecer informações claras e objetivas.

Fonte: A autora (2024)

Durante a discussão, ficou claro que o ponto de interseção entre duas sequências se dá quando uma explicação é usada dentro de uma argumentação para fortalecer o argumento, uma vez que explicar algo de maneira clara pode ser uma forma de convencer o interlocutor de que o ponto de vista que será defendido possui embasamento. Dessa maneira, percebe-se a linha tênue entre as tipologias, que se encontram nesse entremeio de explicar um fato ou conceito como estratégia de convencimento. Outras potenciais ligações ou limites poderão ser encontrados durante a análise, pois não foram encontrados estudos que justifiquem a união dos tipos “dissertativo” e “argumentativo”. Portanto, é somente verificando o que o próprio exame diz em suas cartilhas que será possível compreender esse fenômeno.

3 O TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO DO ENEM

Como visto anteriormente, a união dos termos “dissertativo-argumentativo” não está presente nos estudos aqui trazidos sobre as tipologias, mas não é possível dizer que esse conceito é completamente novo. Na realidade, o ensino de produção textual, no Brasil, sempre esteve vinculado ao ensino da redação, como pode-se observar nos escritos de Bunzen (2011):

Para atingir tais objetivos, a disciplina de Português deveria trabalhar a leitura de textos literários, pois eles “disciplinam a inteligência” e ajudam/previnem os alunos das possíveis dificuldades de redação. Os textos eram “cuidadosamente escolhidos”

para que os alunos realizassem atividades com o vocabulário, ortografia e fatos gramaticais, partindo das “observações feitas pelos alunos” (Bunzen, 2011, p. 896).

O domínio da dissertação passou, com o tempo, a ser fundamental para o ingresso nas Universidades, logo, tornando o ensino da redação importante, pois era um dos critérios avaliativos para isso. Conforme Vicentini (2015), o uso da palavra “dissertação” está muito vinculada ao ato de “escrever redação” — independentemente da natureza desse texto — , sendo utilizados um como sinônimo do outro e, por isso, no ENEM, isso também poderia ter acontecido. Então, seguindo tal lógica da autora, é preciso pensar que, talvez, a escolha da palavra “dissertação” não foi feita pensando exclusivamente na tipologia, mas para representar “a escrita de uma redação argumentativa”.

De qualquer forma, seja qual tenha sido a intenção, a tipologia da redação do ENEM é dupla e, portanto, precisa ser analisada dessa forma, bem como suas implicações no processo de ensino-aprendizagem e, em consequência, em sua escrita no momento da prova. Assim, esta seção busca compreendê-la melhor, suas aparições nos documentos e como ela pode ser classificada - como gênero discursivo ou tipo textual.

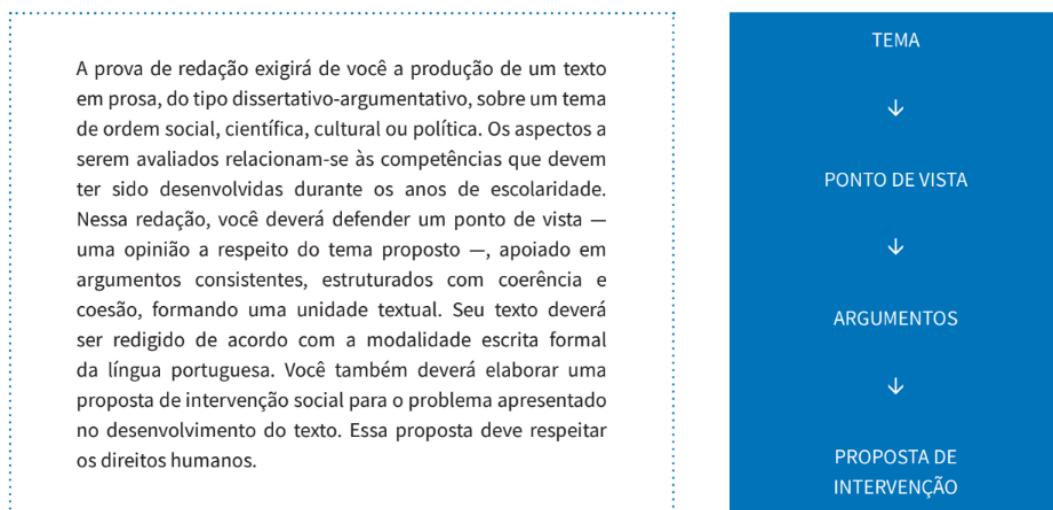
3.1 A redação do ENEM segundo a Cartilha do Participante

O texto dissertativo-argumentativo do Exame Nacional do Ensino Médio foi implementado em 2009¹⁵, quando a prova passou por reformulações, e segue sendo, até o momento, a maneira de avaliar os domínios da escrita, o respeito à estrutura proposta e a compreensão temática. Mesmo com o avanço temporal e as mudanças na matriz da prova, a redação continua tendo um viés sociocultural e político, com temas que requerem um posicionamento crítico, uma vez que são escolhidas temáticas situadas no Brasil, seja colocando em pauta o meio ambiente, a saúde, a diversidade cultural e outros temas que são transversais. Junto ao tema, os estudantes recebem, também, textos que servem “como estímulo para reflexão sobre temas polêmicos da atualidade” (BRASIL, 1998, p. 15), hoje, conhecidos como “textos motivadores”¹⁶. Como o próprio nome deixa claro, eles não podem ser copiados e, se notado o plágio, a redação poderá ser anulada. Existem outras regras específicas da prova que podem ser conferidas na Cartilha do Participante, documento o qual é compartilhado todos os anos alguns meses que antecedem a prova, porém, antes de adentrar à questão, é preciso conferir o que a própria cartilha esclarece - o ou deixa de esclarecer - sobre a estrutura, tipologia, gênero e argumentação na prova:

¹⁵Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/25-anos-de-ENEM/>. Acesso em 8 set. 2024.

¹⁶Ao longo do texto, serão referidos com a sigla “T.M”.

Imagen 1 - Apresentação do texto dissertativo-argumentativo na cartilha



Fonte: Cartilha do Participante 2023 (Brasil, 2023, p. 4)

Observa-se o trecho a seguir retirado da imagem: “A prova de redação exigirá de você a produção **de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo**, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política” (Brasil, 2023, p. 4, grifos da autora). Ao longo da cartilha, foi observado que não existe nenhuma menção ao “gênero” correspondente da redação, somente ao tipo, cujo termo é composto pelo que Travaglia (2007) denomina como *conjugação tipológica* - a união de dois tipos que são igualmente predominantes¹⁷. Mais a frente, é esclarecido que

O texto do tipo dissertativo-argumentativo é aquele que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, a fim de influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Por isso, há uma dupla natureza nesse tipo textual: é **argumentativo porque defende um ponto de vista, uma opinião, e é dissertativo porque utiliza explicações para justificá-lo** (Brasil, 2023, p. 14; grifos da autora)

Nota-se, então, que o próprio exame assume a união das tipologias, mas não explica qual seria o gênero posto em prática¹⁸. Nesse sentido, a redação, como um texto dissertativo-argumentativo, é o espaço de coexistência de duas tipologias textuais distintas. Para Marcuschi (2005, p. 23) as tipologias podem ser definidas como “construtos teóricos

¹⁷O conceito do autor foi trazido como forma de demonstrar que, mesmo que não se tenha estudos sobre a união dos tipos “dissertativo” e “argumentativo” para além do que aparece na prova, a existência da junção de outros tipos é estudada. Contudo, no contexto da redação do ENEM, isso precisa ser revisto, pois se já foi entendido que todo texto tem dimensão argumentativa e o ENEM ainda reforça questão da argumentação ao adicioná-la enquanto tipologia, as redações devem ter minimamente uma predominância argumentativa maior frente à dissertativa.

¹⁸A próxima seção do trabalho será feita para discutir exclusivamente sobre a importância disso.

definidos por propriedades lingüísticas intrínsecas”, assim, ao passo que o estudante-autor deve discorrer de forma abrangente sobre um determinado assunto, deve, também, convencer aquele que lê com seus apontamentos. Ou seja, mesmo que, segundo Silva (2009) todo texto tenha traços argumentativos, na redação, é preciso ir além dessa condição para que o texto possa ser classificado tipologicamente como argumentativo (Coroa, 2008b, p. 121 *apud* Coroa, 2016, p. 59). Isso acontece porque a denominação “dissertativo” parece, muitas vezes, eximir os textos do que eles também precisam ter - um alto nível de argumentatividade ou de explicação (a depender de qual subtipo seja) -, mas ao deixar claro a dupla natureza do texto, o viés argumentativo torna-se fortalecido e, em consequência, obrigatório.

Retomando a discussão dos textos motivadores e aliando-a à argumentação, a cartilha cita:

- **evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores.** Você pode se apropriar dessas ideias para construir sua argumentação, mas não deve se esquecer de utilizar informações que extrapolem a prova de redação e sejam relacionadas a uma área do conhecimento (repertório sociocultural);
- selecione, a partir de seus conhecimentos próprios, e não apenas dos textos motivadores, informações de áreas do conhecimento pertinentes ao tema e articule-as de modo produtivo no seu texto, evidenciando que elas servem a um propósito muito bem definido: ajudá-lo a validar seu ponto de vista. **Informações e citações soltas no texto, por mais variadas e interessantes que sejam, perdem sua relevância quando não associadas produtivamente à defesa do ponto de vista desenvolvido em seu texto;** (Brasil, 20223, p. 11; grifos da autora)

A presença dos texto de apoio é importante para que o candidato possa acessar na memória outros conhecimentos sobre o tema, os chamados “repertórios socio culturais”, que podem ser citações diretas ou indiretas, mobilizar filmes, séries, obras, músicas ou qualquer reportório que esteja alheio ao que está na prova. Contudo, ao mesmo tempo, isso pode tolher a criatividade e autoria durante a escrita da redação - o que afeta o ponto de vista -, pois muitos ficam presos somente ao que os T.M indicam. Além disso, fica evidente que os repertórios só se tornam produtivos - ou seja, contribuem para com a formação e evidenciação do ponto de vista - quando estão em harmonia com o restante do texto, organizados, bem articulados. Isto é, não basta colocar em prática a dissertação¹⁹, se ela não formar um elo com a argumentação. Nota-se, então, que todas essas questões afetam diretamente a argumentação do texto, cujos critérios são avaliados na competência III do Exame, visto abaixo:

Imagen 2 - Níveis de desempenho da Competência III

¹⁹Ao longo do texto, foi visto que a *explicação* é válida quando serve de fundamento para o argumento.

200 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.
160 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.
120 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.
80 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.
40 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.
0 ponto	Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.

Fonte: Cartilha do Participante 2023 (Brasil, 2023, p. 17)

Como dito na tabela de avaliação, só alcança a nota máxima da competência (200 pontos) quem conseguir, nas trinta linhas disponibilizadas, apresentar uma argumentação autoral, com consistência. Na Imagem 1, é evidenciada a estrutura do texto, que deve ser composta por ponto de vista, argumentação e proposta de intervenção, geralmente feita em quatro parágrafos. Unindo as informações, identifica-se que o protótipo da sequência argumentativa proposta por Adam (2008; 2016; 2019 [1992]) está completamente relacionado ao que o Exame pede, desde a tese *anterior à nova conclusão*. Portanto, durante a análise, será verificado se os textos selecionados colocam em prática o discutido.

3.2 A redação enquanto um gênero discursivo-escolar

Diante do panorama feito até o momento - antes da análise propriamente dita ser feita -, é inevitável pensar na necessidade de entender a redação do ENEM como um gênero discursivo-escolar. Durante o trabalho e análise das Cartilhas do Participante, diversos questionamentos surgiram, a exemplo de: 1) Como pensar em uma proposta se o aluno não tem ciência do propósito comunicativo do texto para além da avaliação? 2) Como compreender inteiramente um tipo de texto que não define sua *forma relativamente estável*? Dessa forma, em concordância com Prado e Morato (2016), no presente trabalho, foi adotada a perspectiva de que o texto feito no ENEM pode ser considerado como: gênero “redação do ENEM”, de tipo dissertativo-argumentativo, como no trecho abaixo:

O que faz a redação do ENEM se configurar como um gênero textual não é apenas a evidência de que estamos tratando de uma possibilidade de se considerar a língua em uso para fins que atendam a determinada demanda social, que, no

caso do ENEM, podem ser ingresso em uma universidade ou a conclusão do ensino médio, por exemplo. Estamos lidando com um tipo de texto que solicita ao enunciador uma apreciação crítica, uma opinião e uma proposta de solução para um problema social, [...] (Prado; Morato, 2016, p. 216).

Essa definição é de suma importância por orientar a maneira como se deve lidar com o texto e, em consequência, compreender qual modalidade de argumentação está em jogo. Ainda que o exame explice de forma clara o tipo textual exigido — o dissertativo-argumentativo —, observa-se que, na prática escolar, muitas vezes, há confusão ou tratamento superficial desses conceitos, o que compromete tanto a produção textual dos estudantes quanto à compreensão adequada da diferença entre tipo e gênero. Como foi discutido ao longo deste trabalho, os tipos textuais, por si só, não dão conta da diversidade dos gêneros, que são inúmeros e se moldam de acordo com o contexto comunicativo, o propósito, o estilo e a estrutura de cada situação de uso da linguagem.

É preciso pensar na redação do ENEM como um texto que circula socialmente, que tem uma finalidade claramente definida, que é a aprovação no vestibular. Ela está muito ligada à escola e tem determinado, hoje, o que será ensinado nas aulas do eixo da escrita, por exemplo, pois os professores precisam ensinar aquilo que será cobrado. É preciso entender, então, que a redação pode não ter a responsividade semelhante a outros gêneros discursivos - pois o leitor não consegue responder imediatamente àquilo que foi escrito -, e que é limitado ao campo escolar, mas ainda, assim, “permite estabelecer relações diversas entre o sujeito-escritor e leitor de seu texto, entre enunciação e discurso e entre os elementos constitutivos do contrato estabelecido entre eles (Azevedo, 2015, p. 43). Dessa maneira, a redação do ENEM pode ser entendida como um gênero, uma vez que, quando o estudante-autor escreve, o faz para alguém ler; ao argumentar, demonstra sua intenção; age com o propósito - que é o de adquirir uma nota - e em correspondência ao seu contexto sociocultural. É preciso que o ensino de texto seja repensado e que deixe de ser estereotipado e reduzido a formas prontas. É necessário, então, pensar na escrita como forma de agência no mundo e de se relacionar com o outro, pois “o sentido de um texto é construído na interação texto-sujeito e não algo que preexista a essa interação” (Koch, 2014, p. 202; ênfase no original).

4 METODOLOGIA

Durante todo o trabalho, foi feita uma revisão dos conceitos de gênero, tipologia textual, sequências e argumentação e como podem ser relacionados à redação do ENEM,

entendida, neste momento, como um gênero discursivo-escolar. O caminho traçado visou estabelecer e elencar aspectos fundamentais para entender como seria a composição de um texto formado majoritariamente por sequências argumentativas, o protótipo da sequência explicativa e a definição de exposição - enquanto subtipos do tipo dissertativo -, para criar uma base forte para o que vêm a seguir.

Dessa maneira, a presente análise investiga o nível de argumentatividade presente em dois textos que obtiveram nota mil na redação do ENEM 2022. Parte-se da intenção de compreender em que medida essas produções apresentam estrutura argumentativa prototípica e se a argumentação ocupa, de fato, posição predominante em relação às sequências expositivas ou explicativas. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, por ser a mais adequada à interpretação aprofundada dos elementos discursivos e estruturais que compõem os textos analisados.

Portanto, a análise tomará como norte a abordagem qualitativa interpretativista e analítico-descritiva (Moita Lopes, 1994, p. 331), por mesclar a revisão bibliográfica com a interpretação da análise dos textos, a fim de avaliar a argumentação presente neles valorativamente e não quantificada. É importante esclarecer, também, antes de tudo, que a pesquisa se deu, inicialmente, pelo método dedutivo, pois se estabeleceu a hipótese de que existia um elo entre argumentar e expor/explicar e que isso poderia tornar o texto mais ou menos prototípico argumentativamente, comprovado, posteriormente, com a pesquisa acerca dos estudos de Adam (2008; 2016; 2019 [1992]).

4.1 Parâmetros investigados e procedimentos de coleta

Atualmente, após o compartilhamento da quantidade de redações “nota mil” Brasil afora, todos os anos, além da publicação das cartilhas nas quais estão contidos exemplares de cada edição, elas têm servido como parâmetro da boa escrita do gênero. Com isso, por serem exemplo do desempenho máximo na prova, têm servido como modelo de referência para muitos, que, sem criticidade, podem reproduzir padrões argumentativos presentes nela que não necessariamente são corretos. Isso acontece porque, com a popularização de modelos de escrita prontos, circulam nas redes sociais projetos de texto completos, sendo necessário que o participante apenas adicione as palavras-chave do tema proposto; com a justificativa que isso o fará receber, também, a nota mil. Os modelos - muitas vezes, copiados das redações “nota mil” compartilhadas - facilitam o processo da escrita, mas não possibilitam ao aluno desenvolver a criatividade, a criticidade e o poder argumentativo, tornando o texto, em alguns

casos, um amontoado de repertórios socioculturais não-produtivos, ou seja, que não contribuem para com a argumentação.

As cartilhas anuais geram muita atenção, ao trazerem comentários sobre como cada critério foi atendido pelo participante e como os corretores interpretaram cada parte do texto, que, a princípio, são considerados perfeitos. Assim, o primeiro passo para investigar o nível de argumentatividade presente nesses textos foi a seleção do *corpus*, que se deu através da apuração de dois textos presentes na Cartilha do Participante do ano de 2023, último documento compartilhado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) sobre o assunto até o momento da escrita do trabalho (Brasil, 2023). A seleção não foi programada, isto é, intencional, por ser buscada a imparcialidade nesse processo, já que se entende que a Cartilha fez uma seleção anterior que visava trazer ao público os melhores resultados. Então, se todas as redações ali presentes já foram consideradas “nota mil” e estão entre as melhores pelo próprio exame, a escolha aleatória delas garante que o *corpus* seja variado, imparcial e não enviesado. Isso só foi possível, como forma de esclarecimento, porque o “ambiente” de seleção já estava controlado, logo, já seguia o critério máximo da pesquisa: ser uma redação “nota mil” do ENEM.

Ademais, é imprescindível abordar o tema ao qual as redações analisadas se referem. Em “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil” (Cf. [Anexo 1](#)), tema proposto em 2022, era necessário que o estudante **identificasse os desafios** enfrentados pelas comunidades e povos tradicionais no Brasil; **argumentasse** sobre esses desafios, propondo **soluções** que envolvessem a valorização e o respeito às tradições e culturas desses povos. Em adição, deveria **propor** uma **intervenção social** que respeitasse os direitos humanos e promovesse a inclusão e a valorização das **identidades culturais** desses grupos. Para que o tema fosse, de fato, respeitado e os estudantes não ultrapassassem os “limites temáticos”, a própria cartilha deixa claro que era preciso mencionar as palavras “comunidade/povos tradicionais”, além de dar destaque aos “desafios”²⁰, o que faz com que, na argumentação dos textos analisados, seja necessária a presença de teses que dialoguem diretamente com essas questões. A presença de uma palavra tão marcante como “desafios” delimita o horizonte de conhecimentos de quem escreve, gerando consequências positivas e negativas, sendo elas: 1) delimita/restringe argumentos que, mesmo estando associados aos povos tradicionais, não fazem jus aos desafios; mas, em contrapartida, 2) torna o tema específico e possibilita a quem corrige verificar a capacidade de argumentação naquele momento da prova. Da mesma forma se tem “valorização”, que modifica “desafios”, uma vez

²⁰Brasil, 2023, p. 13.

que o estudante não poderia discutir sobre quaisquer obstáculos de povos tradicionais, senão os empecilhos para que sejam reconhecidos, valorizados.

Com a seleção dos textos finalizada, passa-se à etapa de análise, que busca verificar se essas produções apresentam a prototipicidade descrita por Adam (2008; 2016; 2019 [1992]) e se há predominância de traços argumentativos em relação aos expositivos, ou ainda, se essas dimensões se equilibram ao longo do desenvolvimento textual. Para que o protótipo seja válido, os textos devem apresentar as características básicas de estrutura composicional apresentadas através de quadros ao longo do trabalho, sendo coerentes com os pontos discutidos. Os comentários atribuídos às redações pela equipe avaliadora, e divulgados na Cartilha do Participante, também serão considerados nesta análise a fim de perceber se eles estão de acordo com os pressupostos apresentados no trabalho e como a argumentação foi analisada por eles.

4.2 Procedimentos análise

Durante a análise, os pressupostos de Adam (2008; 2016; 2019 [1992]) e Travaglia (2009; 2018) serão usados como base para a identificação do nível de prototipicidade argumentativa nos textos. Para isso, alguns procedimentos serão utilizados seguindo as características de composição indicadas no quadro 1, presente em uma das seções anteriores, como:

- I) Identificação da tese inicial/anterior (TA):** a) Ela está presente? b) De maneira clara (explícita) ou cabe ao leitor inferi-la (implícita)? c) Ela é claramente argumentativa ou mais expositiva?
- II) Identificação de dados e premissas utilizados (DD):** a) O estudante fez uso de estratégias argumentativas? b) Caso sim, quais? c) Como elas contribuem para com a coerência argumentativa e construção da tese?
- III) Contra-argumentação (C.A):** a) Ela está presente? b) Quais os recursos utilizados? c) Sua presença/ausência influencia na argumentação?

IV) Coesão e coerência argumentativa (CeCA): a) Avaliação de como os argumentos são conectados e estruturados ao longo do texto; b) O estudante fez uso de conectivos? Como eles operaram?

V) Conclusão/Nova tese (NT): Os argumentos trazidos desembocam em uma nova tese?

Ao longo da análise, será verificado se o tipo “dissertativo” foi empregado a partir do subtipo “expositivo” ou “explicativo” (Travaglia, 2009; 2018), uma vez que, caso seja o primeiro, trará agravos a esse tipo de texto, que requer um viés mais argumentativo, encontrado na intersecção entre dissertar e argumentar, como visto. Além disso, haverá um constante diálogo com os comentários feitos a cada texto, presentes na Cartilha do Participante, com o intuito de verificar se há concordância entre a análise proposta neste trabalho e a avaliação realizada pelos corretores do ENEM. Feito isso, o texto poderá ser classificado em três níveis, segundo a tabela abaixo:

Nível de argumentatividade
Nível alto <i>Apresenta todos os traços de prototipicidade estudados</i>
Nível médio <i>Apresenta com falhas e/ou lacunas os traços de prototipicidade estudados</i>
Nível baixo <i>É, por essência, um texto argumentativo, mas não apresenta nenhum traço de prototipicidade estudado</i>

Fonte: A autora (2024)

5 ANÁLISES

5.1 Primeira análise

Quadro 4 - Primeiro exemplo de redação nota mil do ano de 2022

O poeta modernista Oswald de Andrade relata, em “Erro de Português”, que, sob um dia de chuva, o índio foi vestido pelo português — uma denúncia à aculturação sofrida pelos povos indígenas com a chegada dos europeus ao território brasileiro. Paralelamente, no Brasil atual, há a manutenção de práticas prejudiciais não só aos silvícolas, mas também aos demais povos e comunidades tradicionais, como os pescadores. Com efeito, atuam como desafios para a valorização desses grupos a educação deficiente acerca do tema e a ausência do desenvolvimento sustentável.

Diante desse cenário, existe a falta da promoção de um ensino eficiente sobre as

populações tradicionais. Sob esse viés, as escolas, ao abordarem tais povos por meio de um ponto de vista histórico eurocêntrico, enraízam no imaginário estudantil a imagem de aborígenes cujas vivências são marcadas pela defasagem tecnológica. A exemplo disso, há o senso comum de que os indígenas são selvagens, alheios aos benefícios do mundo moderno, o que, consequentemente, gera um preconceito, manifestado em indagações como “o índio tem ‘smartphone’ e está lutando pela demarcação de terras?” — ideia essa que deslegitima a luta dos silvícolas. Entretanto, de acordo com a Teoria do Indigenato, defendida pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, o direito dos povos originais à terra é inato, sendo anterior, até, à criação do Estado brasileiro. Dessa forma, por não ensinarem tal visão, os colégios fomentam a desvalorização das comunidades tradicionais, mediante o desenvolvimento de um pensamento discriminatório nos alunos.

Além disso, outro desafio para o reconhecimento desses indivíduos é a carência do progresso sustentável. Nesse contexto, as entidades mercadológicas que atuam nas áreas ocupadas pelas populações tradicionais não necessariamente se preocupam com a sua preservação, comportamento no qual se valoriza o lucro em detrimento da harmonia entre a natureza e as comunidades em questão. À luz disso, há o exemplo do que ocorre aos pescadores, cujos rios são contaminados devido ao garimpo ilegal, extremamente comum na Região Amazônica. Por conseguinte, o povo que sobrevive a partir dessa atividade é prejudicado pelo que a Biologia chama de magnificação trófica, quando metais pesados acumulam-se nos animais de uma cadeia alimentar — provocando a morte de peixes e a infecção de humanos por mercúrio. Assim, as indústrias que usam os recursos naturais de forma irresponsável não promovem o desenvolvimento sustentável e agem de maneira nociva às sociedades tradicionais.

Portanto, é essencial que o governo mitigue os desafios supracitados. Para isso, o Ministério da Educação — órgão responsável pelo estabelecimento da grade curricular das escolas — deve educar os alunos a respeito dos empecilhos à preservação dos indígenas, por meio da inserção da matéria “Estudos Indigenistas” no ensino básico, a fim de explicar o contexto dos silvícolas e desconstruir o preconceito. Ademais, o Ministério do Desenvolvimento — pasta instituidora da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais — precisa fiscalizar as atividades econômicas danosas às sociedades vulneráveis, visando à valorização de tais pessoas, mediante canais de denúncias.

Fonte: Cartilha do Participante 2023 (Brasil, 2023, p. 33)

Seguindo as etapas de análise descritas na seção passada - bem como a ideia de Adam (2019 [1992]) de que, na sequência argumentativa, antes de tudo, o estudante precisaria partir de uma tese anterior ao assunto, por meio de conhecimentos prévios - o primeiro passo é a identificação dessa tese inicial. Na redação acima, tem-se o trecho: “Paralelamente, no Brasil atual, há a manutenção de práticas prejudiciais não só aos silvícolas, mas também aos demais povos e comunidades tradicionais, como os pescadores.” em que a TA pode ser identificada, pois é uma afirmação anterior a qualquer opinião proferida no texto e é uma espécie de “premissa global” que aqueles que estão em contato com o assunto costumam concordar. Fica clara a relação entre a TA e o que seria a “Constatação Inicial” da sequência explicativa,

também proposta por Adam (2019 [1992]), demonstrando as imbricações entre as duas sequências estudadas. Nota-se que ela foi fundamentada pelo poema “Erro de Português”, de Oswald de Andrade, que não operou apenas como um repertório sociocultural literário que ajuda na argumentação, mas também como fundamento para criação de uma relação de igualdade com o passado do poema e o presente do Brasil. Assim, logo de início, é possível ver que as etapas do protótipo se misturam na redação e que este é um ponto positivo, pois demonstra como o texto está coeso. Dessa maneira, fazendo jus aos procedimentos, tem-se a seguinte divisão:

- **TA:** “*Paralelamente, no Brasil atual*, há a manutenção de práticas prejudiciais não só aos silvícolas, mas também aos demais povos e comunidades tradicionais, como os pescadores.” → Tese presente; explícita; e argumentativa.
- **DD:** “*Erro de Português*”, de Oswald de Andrade → Estratégia argumentativa feita por meio de uma citação indireta ao poema, que interpreta literariamente um evento real que aconteceu na fundação do Brasil (alusão histórica). Contribui diretamente para a argumentação.
- **CeCA:** O uso do “paralelamente” → Cria uma relação entre o DD e a TA.

Em seguida, tem-se o trecho: “Com efeito, atuam como *desafios para a valorização* desses grupos a educação deficiente acerca do tema e a ausência do desenvolvimento sustentável.”, que configura-se como a nova tese (**NT**), já com o ponto de vista de quem escreve. Percebe-se, também, a menção às palavras-chaves do texto, que garantem a coerência temática. Sobre a tese, esta pode ser dividida em 2 partes que, mais tarde no texto, serão os argumentos-base para a discussão em cada um dos desenvolvimentos. São eles:

- **Arg1:** “(...) a educação deficiente acerca do tema (...)”
- **Arg2:** “(...) a ausência do desenvolvimento sustentável.”

A partir do estabelecimento das teses, é preciso pensar se o desenvolvimento segue a mesma lógica argumentativa da introdução e se trazem argumentos que condizem com o que foi estabelecido. De maneira mais aprofundada, foi possível perceber que a redação segue uma estrutura muito marcada, formada pelo tópico frasal, repertório sociocultural e argumentação relacionada a esse tópico apresentado. Dessa forma, o desenvolvimento 1 (D1) foi iniciado com trecho baixo, entendido como o tópico frasal: “Diante desse cenário, existe a falta da promoção de um ensino eficiente sobre as populações tradicionais.” Nota-se que ele está diretamente relacionado ao que foi estabelecido na tese, ou seja, até o momento, o texto

está muito interligado, sem apresentar partes desconectadas. O uso do operador argumentativo “Diante desse cenário” contribui para a coesão, nesse caso, tanto sequencial quanto referencial, pois cria uma relação de sequenciamento das ideias, bem como um relacionamento com o que foi discutido anteriormente. Segundo adiante, pode-se encontrar a primeira premissa do desenvolvimento 1:

- **DD:** “Sob esse viés, as escolas, ao abordarem tais povos por meio de um ponto de vista histórico eurocêntrico, enraízam no imaginário estudantil a imagem de aborígenes cujas vivências são marcadas pela defasagem tecnológica.”

Nesse trecho, o estudante apresenta uma premissa sobre o eurocentrismo no ensino, que perpetua o preconceito devido à visão estereotipada dos indígenas. Através do conhecimento de mundo, o fragmento traz à tona uma informação que contribui na sustentação da *nova tese*, que aparecerá mais a frente. Junto ao excerto anterior, o trecho que vem em seguida opera da mesma maneira, mas retoma o que foi estabelecido na tese anterior. Cabe observá-lo:

- **T.A + DD:** “A exemplo disso, há o senso comum de que os indígenas são selvagens, alheios aos benefícios do mundo moderno, o que, consequentemente, gera um preconceito, manifestado em indagações como “o índio tem ‘smartphone’ e está lutando pela demarcação de terras?” — ideia essa que deslegitima a luta dos silvícolas”

O uso da exemplificação como estratégia argumentativa ajuda a fundamentar ainda mais a tese anterior - à de que há práticas prejudiciais a esse povo - que, nesse caso, seria o preconceito ilustrado pelo uso do *smartphone*, que seria, ao ver da maioria, inadequado a essa população pela ausência de seu contato com a tecnologia. Dessa forma, a NT vai se construindo gradativamente, pois, mesmo que a palavra-chave “desafio” não esteja presente até o momento, sua ideia já perdura no texto.

Outro fator que demonstra a habilidade da construção da argumentação do estudante e traz mais prototípicidade ao texto é a presença do contra-argumento no trecho a seguir:

- **C.A:** “Entretanto, de acordo com a Teoria do Indigenato, defendida pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, o direito dos povos originários à terra é inato, sendo anterior, até, à criação do Estado brasileiro.”

Isso acontece pois, ao trazer uma perspectiva jurídica para o texto, o estudante reitera que, o preconceito praticado, mesmo sendo frequente, não é legitimado pela justiça e que esses povos têm, sim, direito às terras indígenas, independentemente do quanto avançados estejam

tecnologicamente. O contra-argumento abre espaço, portanto, para que haja uma reafirmação da nova tese, que se conecta com a tese inicial e reitera a necessidade de mudança:

- **Reafirmação da NT:** “Dessa forma, por não ensinarem tal visão, os colégios fomentam a desvalorização das comunidades tradicionais, mediante o desenvolvimento de um pensamento discriminatório nos alunos.”

O desenvolvimento 2 segue a mesma estrutura já vista no D1, mas apresenta um pouco mais de dados do que o visto anteriormente. Seguindo a lógica estrutural, tem-se como tópico frasal o trecho abaixo, que está devidamente relacionado com o segundo argumento da tese inicial presente na introdução: “Além disso, outro desafio para o reconhecimento desses indivíduos é a carência do progresso sustentável.”. É evidente desde o princípio que a discussão será em torno da ausência do desenvolvimento sustentável e como ele é um desafio para essa população. Nesse sentido, o que vem após, nos dados/premissas, é uma confirmação da nova tese, que, diferentemente do D1, foi encontrada em maior volume, isto é, ocupando mais espaços na discussão, como visto abaixo:

- **DD:** “Nesse contexto, as entidades mercadológicas que atuam nas áreas ocupadas pelas populações tradicionais não necessariamente se preocupam com a sua preservação, comportamento no qual se valoriza o lucro em detrimento da harmonia entre a natureza e as comunidades em questão. À luz disso, há o exemplo do que ocorre aos pescadores, cujos rios são contaminados devido ao garimpo ilegal, extremamente comum na Região Amazônica. Por conseguinte, o povo que sobrevive a partir dessa atividade é prejudicado pelo que a Biologia chama de magnificação trófica, quando metais pesados acumulam-se nos animais de uma cadeia alimentar — provocando a morte de peixes e a infecção de humanos por mercúrio.”

Conforme visto em Bronckart (2009 [1999]) e Adam (2008), a sequência explicativa pode ser utilizada como uma estratégia de fortalecimento da argumentação, logo, o trecho acima cumpre esse papel, uma vez que se conecta tanto com a tese inicial quanto com a nova tese, ou seja, dá suporte para o ponto de vista do autor. De fato, o trecho é grande e a sequência explicativa se torna mais predominante, contudo, como dito, ele serve de auxílio para argumentação, o que não o faz ser simplesmente expositivo - pois tem uma avaliação crítica e não apenas uma exposição das ideias. Posteriormente, a nova tese é reafirmada e o D2 é finalizado com uma recapitulação do que foi discutido, deixando claro o segundo desafio proposto:

- **Reafirmação da NT:** “Assim, as indústrias que usam os recursos naturais de forma irresponsável não promovem o desenvolvimento sustentável e agem de maneira nociva às sociedades tradicionais.”

Diante do discutido, nota-se que, de fato, há a predominância da sequência argumentativa, ou seja, o texto pode ser considerado como um protótipo dela. Ao observar os comentários feitos na cartilha (Cf. [Anexo 2](#)), é perceptível o alinhamento entre a análise e o que está contido nele, evidenciando que a correção feita segue os pressupostos aqui apresentados acerca da argumentação. Dessa forma, cabe dizer que o texto tem claramente a intenção de convencer o leitor sobre os desafios - e a importância - para a valorização dos povos tradicionais e traz pontos que são desenvolvidos de forma pertinente, tal como o exame estabelece. Ele tem uma finalidade persuasiva, apresenta uma estrutura argumentativa clara e bem desenvolvida, e faz uso eficiente de recursos linguísticos e coesivos para sustentar seu ponto de vista. As propostas de intervenção no final do texto reforçam a conclusão e estão bem alinhadas com os argumentos apresentados, o que é característico de um bom texto argumentativo do gênero redação do ENEM. Assim, o texto pode ser classificado com um alto nível de argumentatividade, o que o faz não somente ter dimensão argumentativa, como visada (Amossy, 2011).

Nível de argumentatividade

Nível alto

5.2 Segunda análise

Quadro 5 - Segundo exemplo de redação nota mil do ano de 2022

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a parceria para a garantia do desenvolvimento sustentável é uma das dezessete metas do programa “Agenda 2030”. Nesse viés, urge a problemática dos desafios para a valorização de comunidades tradicionais no Brasil, visto que estas são fundamentais para a manutenção benéfica dos ecossistemas e promovem a sua conservação e preservação. Desse modo, é válido afirmar que a fiscalização inadequada de práticas ambientais ilegais e a baixa efetividade de políticas públicas destinadas aos povos supracitados são responsáveis pela perpetuação do problema.

Convém ressaltar, mormente, que o monitoramento insuficiente de ações ilícitas prejudiciais ao meio ambiente, como o desmatamento e as queimadas, interfere negativamente no cotidiano de populações tradicionais. Nesse sentido, a série “Aruanas” aborda as dificuldades enfrentadas por mulheres que lutam contra esquemas criminosos na Amazônia e que tentam assegurar a segurança e a sobrevida das comunidades inseridas nesse meio. Fora da ficção, esse cenário retratado reflete uma realidade marcada pela impunidade e insegurança, reforçadas pela inércia estatal no combate e na punição dos criminosos. Logo, os diversos povos ligados à natureza ficam vulneráveis, o que reverbera o descaso governamental com as suas garantias individuais

e coletivas.

Ademais, as políticas promovidas pelo poder público para sanar problemas que ameaçam a segurança e a permanência de saberes culturais tradicionais carecem de plena eficiência. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a demarcação de terras para os quilombolas, representando um marco institucional na consolidação dos seus direitos. No entanto, as ações previstas encontram barreiras na sua execução relacionadas aos interesses financeiros, à corrupção no sistema e aos métodos obsoletos de promoção da proteção social coletiva. Em suma, é imprescindível que as autoridades competentes tomem as medidas necessárias para solucionar a problemática.

Portanto, a valorização de populações tradicionais brasileiras é dificultada por fatores administrativos e sociais. Então, o Ministério do Meio Ambiente deve criar um programa de combate às práticas ilegais nos ecossistemas, mediante o enrijecimento de punições e o fortalecimento da fiscalização, visando reduzir a impunidade. Além disso, o Ministério da Cidadania deve realizar ações que promovam a segurança das comunidades, através de incentivo à demarcação dos territórios e à atualização da legislação vigente, com o objetivo de diminuir a violência e garantir a continuidade dos conhecimentos socioculturais. Assim, com essas atitudes, os povos tradicionais serão valorizados no Brasil.

Fonte: Cartilha do Participante 2023 (Brasil, 2023, p. 38)

Tal como na primeira redação analisada, essa foi iniciada com os dados/premissas para apresentação da temática. O autor, de maneira breve, traz para o texto um repertório sociocultural sobre a “Agenda 2030”, um programa da ONU que visa o cumprimento de diversas metas para alcançar a sustentabilidade. É possível notar que o repertório foi pouco desenvolvido, sem muitas explicações sobre as demais metas ou sobre o que seria “desenvolvimento sustentável”. Contudo, maiores informações são dadas quando a tese anterior é proposta, pois sua relação com o repertório fica evidente e é visto que ele serviu como base para fundamentá-la. A presença do operador argumentativo “Nesse viés” (**CeCA**) deixa clara a relação entre as partes e torna o início da introdução mais coeso. Cabe observar os trechos:

- **DD:** “Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a parceria para a garantia do desenvolvimento sustentável é uma das dezessete metas do programa “Agenda 2030”.”
- **TA:** “Nesse viés, urge a *problemática dos desafios para a valorização* de comunidades tradicionais no Brasil, visto que estas são fundamentais para a manutenção benéfica dos ecossistemas e promovem a sua conservação e preservação.”
→ Tese presente; e argumentativa.

É preciso observar, contudo, no trecho grifado, que o autor pressupõe que os “desafios para valorização” são uma problemática, mas não explica o porquê de seu ponto de vista. Ao

fazer uma comparação com a primeira - apenas a fim de pensar a prototípicidade de cada um dos textos - , é visto que, na anterior, o uso do poema “Erro de Português” e, em seguida, o “paralelamente” para criar a relação passado/presente induz o leitor a pensar que os mesmos erros estão acontecendo, mas a partir de um problema diferente. Entretanto, no presente texto analisado, o “problema” não fica claro, pois o autor supõe, logo de início, que os leitores já acreditam que a falta de valorização é um desafio, logo, não mobiliza seu repertório para fundamentar seu ponto. Nota-se, então, que a tese anterior (T.A) desse texto é menos explícita do que a primeira.

Seguindo adiante, a nova tese é feita de maneira direta, pois deixa claros quais questões serão discutidas nos desenvolvimentos do texto: “Desse modo, é válido afirmar que a fiscalização inadequada de práticas ambientais ilegais e a baixa efetividade de políticas públicas destinadas aos povos supracitados são responsáveis pela perpetuação do problema.” Assim:

- **Arg1:** “(...) a fiscalização inadequada de práticas ambientais ilegais (...)"
- **Arg2:** “(...) a baixa efetividade de políticas públicas destinadas ao povos supracitados (...)"

Tal como na redação anterior, os desenvolvimentos têm uma estrutura que se repete, composta pelo tópico frasal, os dados/premissas e a nova tese, com adição, às vezes, da contra-argumentação. O D1, portanto, é iniciado por:

- **Tópico frasal:** “*Convém ressaltar, mormente*, que o monitoramento insuficiente de ações ilícitas prejudiciais ao meio ambiente, como o desmatamento e as queimadas, interfere negativamente no cotidiano de populações tradicionais.”

É visto, então, que o D1 se debruça sobre sobre a falta de vigilância sobre as ações ilegais e como elas afetam os povos tradicionais, questão bastante relacionada ao tema. A respeito do trecho marcado (CeCA), percebe-se que, apesar de estar em uma posição a qual, geralmente, ocupa o operador argumentativo, nesse caso, não foi criada uma relação de ligação entre a introdução e o respectivo desenvolvimento. Dessa maneira, a expressão esclarece que nesse parágrafo o primeiro ponto será discutido, mas não funciona como um conectivo interparágrafo - caso que não é mencionado nos comentários de correção da redação (Cf. [Anexo 3](#)). Adiante, os dados/premissas aparecem através da escolha de uma série de ficção brasileira, que será relacionada à realidade do país posteriormente:

- **DD:** “Nesse sentido, a série “Aruanas” aborda as dificuldades enfrentadas por mulheres que lutam contra esquemas criminosos na Amazônia e que tentam assegurar a segurança e a sobrevida das comunidades inseridas nesse meio.”

- **CeCA:** “Fora da ficção, esse cenário retratado reflete uma realidade marcada pela impunidade e insegurança, reforçadas pela inércia estatal no combate e na punição dos criminosos.”

O trecho acima foi considerado um exemplo de “coesão e coerência argumentativa” (CeCA) porque é o ponto em que o trecho explicativo feito durante a explanação da série se relaciona diretamente com a temática discutida, isto é, fundamenta a opinião que vem em seguida. Com isso, a nova tese é retomada e o ponto de vista do autor neste parágrafo fica claro:

- **Retomada da TA:** “Logo, os diversos povos ligados à natureza ficam vulneráveis, o que reverbera o descaso governamental com as suas garantias individuais e coletivas.”

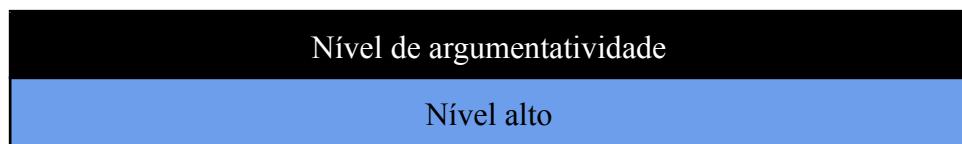
O desenvolvimento segue o mesmo padrão do anterior, com a diferença de que há a presença do contra-argumento. Dessa forma, é iniciado pelo tópico frasal e pelo operador argumentativo “ademas” que cria uma conexão com o parágrafo anterior. Nesse parágrafo, a falta de eficiência do poder público é discutida e, com repertório sociocultural (dados/premissas), a Constituição Federal Brasileira de 1988 foi mobilizada e também deu suporte de fundamentação para o contra-argumento. Assim, se tem:

- **Tópico frasal:** “*Ademais*, as políticas promovidas pelo poder público para sanar problemas que ameaçam a segurança e a permanência de saberes culturais tradicionais carecem de plena eficiência.”
- **DD:** “*Nesse contexto*, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a demarcação de terras para os quilombolas, representando um marco institucional na consolidação dos seus direitos.”
- **C.A:** “*No entanto*, as ações previstas encontram barreiras na sua execução relacionada aos interesses financeiros, à corrupção no sistema e aos métodos obsoletos de promoção da proteção social coletiva.”

Observando as partes destacadas, nota-se que os períodos foram iniciados por operadores argumentativos que contribuem para a construção dos sentidos do parágrafo, uma vez que o leitor vai sendo conduzido de uma etapa para outra da sequência argumentativa de maneira fluida. A presença da contra-argumentação foi fundamental no parágrafo, pois, ao utilizar um documento que, em tese, contém as responsabilidades do Estado para com o povo, e após isso é demonstrado seu não cumprimento, o autor do texto demonstrou muito domínio persuasivo para convencer os leitores de sua tese. Dessa forma, como finalização, retoma a NT e indica que medidas devem ser tomadas - que serão discutidas na conclusão:

- **Retomada da NT:** “Em suma, é imprescindível que as autoridades competentes tomem as medidas necessárias para solucionar a problemática.”

Diante do exposto, pode-se dizer que o texto tem predominância argumentativa e pode ser considerado um protótipo da sequência argumentativa. Novamente, os apontamentos feitos na correção puderam ser comprovados na análise, demonstrando o alinhamento entre a pesquisa e o documento. Dessa maneira, o texto pode ser considerado com um alto nível de argumentatividade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o trabalho teve como propósito central investigar a linha tênue entre dissertar e argumentar e nível de argumentatividade presente em duas redações que obtiveram nota máxima no ENEM 2022. A partir dos estudos de Adam (2008; 2016; 2019 [1992]), foi possível estabelecer critérios qualitativos para avaliar a prototípicidade argumentativa dos textos selecionados. As análises demonstraram que, embora as redações sigam uma estrutura marcada pela exigência do exame — com presença de repertório sociocultural, tópico frasal, proposta de intervenção e coesão —, ambas apresentam predominância da sequência argumentativa e mobilizam estratégias discursivas que conferem visada argumentativa aos textos. Dessa forma, em resposta ao objetivo geral proposto, pode-se dizer que o nível argumentativo dos textos é alto, e que eles são, de fato, protótipicos da sequência argumentativa estudada por Adam (2008; 2016; 2019 [1992]).

Isso reforça a ideia de que, mesmo diante da padronização imposta pelo modelo ENEM, os autores dos textos conseguiram construir argumentos consistentes, articulando elementos linguísticos e temáticos de forma coesa e persuasiva. As redações demonstraram ainda uma articulação funcional entre tópicos frasais, repertórios socioculturais e inferências, configurando uma sequência textual que não apenas visa a adesão do leitor, como também explicita a intenção discursiva do enunciador. Isso permite classificá-las como textos com visada argumentativa, e não apenas com dimensão argumentativa, na terminologia proposta por Amossy (2011).

A leitura minuciosa das redações permitiu, ainda, perceber que, embora a estrutura geral dos textos remeta a um modelo recorrente — introdução com tese anterior, dois

desenvolvimentos com argumentos distintos e uma conclusão que inclui proposta de intervenção —, a forma como os elementos são ativados, articulados e hierarquizados em cada texto revela diferentes níveis de complexidade argumentativa. Essa variação aponta para o caráter graduado da argumentação, o que justifica o uso do conceito de protótipo: os textos não são puramente argumentativos ou expositivos, mas posicionam-se em uma escala de maior ou menor aproximação com o modelo ideal de sequência argumentativa. Sendo assim, a análise permitiu confirmar a coexistência e imbricação entre sequências textuais dentro de um mesmo texto, conforme também propõe Adam. Trechos marcadamente explicativos ou expositivos são mobilizados como suporte à argumentação, funcionando como estratégias de sustentação e construção de sentido. A argumentatividade, portanto, não está restrita a formas rígidas, mas se manifesta por meio da combinação funcional e contextual de diferentes recursos linguístico-discursivos que servem à finalidade argumentativa do texto.

As observações feitas com base nos comentários presentes na Cartilha do Participante também apontaram para uma convergência entre a avaliação oficial e os critérios teóricos utilizados na análise. Isso reforça a importância de se compreender a argumentação como uma categoria textual-discursiva multifacetada, que se realiza a partir de escolhas linguísticas específicas e da orientação enunciativa presente no texto.

Em suma, este trabalho evidenciou que a distinção entre dissertar e argumentar vai além de classificações superficiais, pois envolve a análise da organização textual, da relação com o interlocutor, da progressão lógica e da orientação discursiva. A argumentação, enquanto fenômeno linguístico-discursivo, é construída na interação entre elementos formais e funcionais do texto, e sua identificação demanda uma leitura atenta aos processos de significação em jogo. Compreender os níveis de argumentatividade presentes nas redações nota mil contribui, portanto, não apenas para a descrição desses textos, mas para o aprofundamento das discussões da Linguística Textual acerca dos modos de organização do discurso e da construção do sentido.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J.-M. **A linguística textual: introdução à análise textual do discurso**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **Textos: tipos e protótipos**. São Paulo: Contexto, 2019 [1992].
- _____. Uma abordagem textual da argumentação: “esquema”, sequência e período. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, 2016. Tradução Georgiana Miranda e Camile Maria

Botelho Regadas Tanto. Disponível em:
<https://www.revel.inf.br/files/72c08a41ab6fd277b1be53924f0b19e9.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

AMOSSY, R. Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 476 p.

_____. **Os gêneros do discurso**. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016 [1952-1953].

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM: relatório final 98**. Brasília: INEP, 1998. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examens_da_educacao_basica/ENEM_exame_nacional_do_ensino_medio_relatorio_final_1998.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A redação no ENEM 2023: cartilha do participante**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examens_da_educacao_basica/a_redacao_no_ENEM_2023_cartilha_do_participante.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2009 [1999].

BRUN, E. P.; DANIEL, M. E. B. Tipos Textuais e Intertextualidade Genérica. [s.l.]: [s.n.], [s.d.], p. 982-989. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_224.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

BUNZEN, C. **A fabricação da disciplina escolar Português**. **Revista Diálogo Educacional**, v. 11, n. 34, p. 885-911, 2011. Disponível em:
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416X2011000300014&script=sci_abstract. Acesso em: 16 set. 2024.

CAVALCANTE, M. M. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, 2016. Disponível em:
<https://www.revel.inf.br/files/ea45a0fb01f8dde37a9435628505a55d.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

COROA, M. L. O texto dissertativo-argumentativo. In: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores**. Brasília: Cebraspe, 2016. E-book. p. 50-62. Disponível em:
https://www.academia.edu/download/59211892/E-BOOK_-_TEXTOS_DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS_120190511-37286-1jnohx7.pdf#page=51. Acesso em: 11 set. 2024.

FÁVERO, L. L. e KOCH, I. G. V. Contribuição a uma tipologia textual. **Letras & Letras**, Uberlândia - Departamento de Letras/UFU, v. 3, n. 1, p. 3-10, jun. 1987.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **As tramas do texto**. São Paulo: Contexto, 2014.

LEBLER, Cristiane Dalbosco; LANES, Luiza Gonçalves. **A tríade plano de texto, argumentação e autoria na redação do ENEM**. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 23, n. 1, p. 141–163, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/estudos/article/view/12262>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a. 269 p.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008b. p. 30-62.

MARQUESI, S. C.; ELIAS, V. M.; CABRAL, A. L. T. Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. In: **Linguística textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 13-32. Disponível em: https://img.travessa.com.br/capitulo/CONTEXTO/LINGUISTICA_TEXTUAL_E_ENSINO-9788572449915.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.

OLIVEIRA, F. C. C. de. **Um estudo sobre a caracterização do gênero redação do ENEM**. 2016. 167 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/17042>. Acesso em: 08 set. 2024.

PERELMAN, C.; TYTECA, L. O. **Tratado da argumentação – Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINHEIRO, C. L.; CORTEZ, J. X. Teorias da argumentação na prova de redação do ENEM. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 20, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos-old.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15215>. Acesso em: 07 set. 2024.

SILVA, G. N. da. A argumentação presente em diferentes gêneros textuais. **Anagrama**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1-15, 2009. DOI: 10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2008.35341. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35341>. Acesso em: 11 set. 2024.

SOUZA, L. F. C. da S. **Gêneros e tipologia textual: discussões teóricas para o ensino da produção textual escrita.** 2015. 51 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8457>. Acesso em: 05 set. 2024.

TAVARES CORREIA, J. Análise argumentativa de uma redação nota mil do ENEM/2019. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 22, n. 2, p. 131-153, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47369/eidea-22-2-3463>. Acesso em: 07 set. 2024.

TOULMIN, S. E. **Os usos do argumento**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TRAVAGLIA, L. C. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, L. L.; BASTOS, N. M. de O. B.; MARQUESI, S. C. (Org.). **Língua portuguesa pesquisa e ensino**, v. II, São Paulo: EDUC / FAPESP, 2007. p. 97-117.

_____. Sobre a possível existência de subtipos. In: **Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN**. Organizador: Dermeval da Hora. João Pessoa, 2009. p. 2632-2641. ISSN 978-85-7539-446-5. Disponível em: https://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/Luiz%20Carlos%20Travaglia.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.

_____. Tipologia textual e ensino de língua. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 12, n. 3, p. 1336-1400, 2018. DOI: 10.14393/DL35-v12n3a2018-1. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/41612>. Acesso em: 7 set. 2024.

VICENTINI, M. P. **A redação no ENEM e a redação no 3º ano do Ensino Médio: efeitos retroativos nas práticas de ensino da escrita.** 264 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/952151>. Acesso em: 09 set. 2024.

ANEXOS

Anexo 1 - Proposta de redação do ENEM/2022



Exame Nacional do Ensino Médio

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - 4.2. fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTO I

Você sabe quais são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros? Talvez indígenas e quilombolas sejam os primeiros que passam pela cabeça, mas, na verdade, além deles, existem 28 reconhecidos oficialmente e muitos outros que ainda não foram incluídos na legislação.

São pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apinhadores de flores sempre-vivas, castanheiros, extrativistas, para citar alguns, todos considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si.

Para uma pesquisadora da UnB, essas populações consideram a terra como uma mãe, e há uma relação de reciprocidade com a natureza. Nessa troca, a natureza fornece "alimento, um lugar saudável para habitar, para ter água. E elas se responsabilizam por cuidar dela, por tirar dela apenas o suficiente para viver bem e respeitam o tempo de regeneração da própria natureza", diz.

Disponível em: <https://ig1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO II

Povos tradicionais do Brasil

Estados com a maior concentração de famílias



Fonte: Ministério Público Federal.
Integrativa elaborada em: 25/10/2019.

Disponível em: <https://ig1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO III

Povos e comunidades tradicionais

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) preside, desde 2007, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2006. Fruto dos trabalhos da CNPCT, foi instituída, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado.

Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO IV

Carta da Amazônia 2021

Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)

Não podia ser mais estratégico para nós, Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras, reafirmarmos a defesa da sociobiodiversidade amazônica neste momento em que o mundo volta a debater a crise climática na COP26. Uma crise que atinge, em todos os contextos, os viventes da Terra!

Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros.

Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado, com empresas que apoiam legislações ambientais que ameaçam nossos direitos e com mecanismos de financiamento que não condizem com a realidade dos nossos territórios.

Propomos o que temos de melhor: a experiência das nossas sociedades e culturas históricas, construídas com base em nossos saberes tradicionais e ancestrais, além de nosso profundo conhecimento da natureza.

Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham a ameaçar nossos territórios, nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir.

Amazônia, Brasil, 20 de outubro de 2021.

Entidades signatárias: CNS; Coiab; Conaq; MIQCB; Coica; ANA Amazônica e Confrer

Disponível em: <https://3.amazonaviva.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relate, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Anexo 2 - Comentários da Cartilha a primeira redação analisada

COMENTÁRIO

Com excelente domínio das convenções da escrita e de estruturação sintática dos períodos, o texto do participante apresenta apenas um desvio no terceiro parágrafo: pronome "se" indevidamente colocado em posição enclítica no trecho "quando metais pesados acumulam-se nos animais de uma cadeia alimentar".

Com repertório sociocultural produtivo e pertinente à discussão, o participante aborda de forma completa o tema, demonstrando, também, excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. No parágrafo introdutório, o participante já define o ponto de vista a ser defendido: são desafios para o tema da valorização dos grupos tradicionais no Brasil a educação deficiente acerca do tema e a ausência do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento do tema se dá no segundo parágrafo, abordando o ponto de vista eurocêntrico como gerador da imagem preconceituosa de um indígena selvagem e, no terceiro, focalizando o impacto irresponsável de entidades mercadológicas sobre as áreas ocupadas por essas comunidades. O texto fecha com as propostas para o Ministério da Educação, ao qual se atribui a responsabilidade de sanar o problema do preconceito, inserindo, na grade curricular do ensino básico, a matéria "Estudos Indigenistas"; e para o Ministério do Desenvolvimento, a tarefa de fiscalizar as atividades econômicas danosas às sociedades vulneráveis.

Percebe-se, também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem-organizados em defesa do ponto de vista. No primeiro parágrafo, os componentes do tema já se apresentam, a partir do poeta modernista Oswald de Andrade, que denuncia, em "Erro de Português", a aculturação dos povos indígenas pelo colonizador europeu, a exemplo de práticas prejudiciais atuais que se mantêm e que são sofridas por silvícolas e também a outros povos tradicionais, como os pescadores. A educação deficiente acerca do tema e a ausência do desenvolvimento sustentável são colocadas como desafios para a valorização desses grupos tradicionais. A educação deficiente é retomada, no segundo parágrafo, para abordar, como um viés da escola, o ponto de vista histórico eurocêntrico, que gera a imagem preconceituosa de um indígena selvagem, alheio aos "benefícios do mundo moderno", imagem que "deslegitima a luta dos silvícolas", cujo direito à terra é inato," anterior, até, à criação do Estado brasileiro", segundo o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, citado no parágrafo. Além disso, no terceiro parágrafo, outro desafio que se coloca para a valorização desses povos é a "carência do progresso sustentável". Nesse contexto, o texto afirma que as entidades mercadológicas atuantes nas áreas ocupadas pelas populações tradicionais não se preocupam necessariamente com a sua preservação, comportamento no qual se valoriza o lucro em detrimento da harmonia entre a natureza e as comunidades em questão. À luz disso, há o exemplo do que ocorre com os pescadores, os quais são afetados quando os rios são contaminados, devido ao garimpo ilegal, extremamente comum na Região Amazônica. Por conseguinte, o povo que sobrevive a partir dessa atividade é prejudicado pelo que a Biologia chama de magnificação trófica, quando metais pesados se acumulam nos animais, como os peixes, provocando sua morte e a infecção de humanos por mercúrio. Assim, as indústrias que usam os recursos naturais de forma irresponsável não promovem o desenvolvimento sustentável e agem de maneira nociva às sociedades tradicionais. O texto finaliza, no quarto parágrafo, com duas propostas voltadas para o enfrentamento dos desafios apresentados. Cabe ao Ministério da Educação, com sua função educativa, inserir, na grade curricular do ensino básico, a matéria "Estudos Indigenistas", a fim de sanar o problema do preconceito que gera a desvalorização. E ao Ministério do Desenvolvimento cabe a tarefa de fiscalizar, por meio de canais de denúncias, as atividades econômicas danosas às sociedades vulneráveis.

O texto apresenta continuidade temática e, além disso, o participante articula, sem inadequações, um repertório variado de recursos coesivos, que articulam os argumentos, as partes do textos e as informações apresentadas, tanto no plano nominal, com o emprego de pronomes ("cujos rios", "ideia essa que", "comportamento no qual se valoriza", "desses grupos") e palavras ou expressões sinônimas ("tais povos" por "populações tradicionais", "tais pessoas" por "silvícolas"), como no sequencial ("paralelamente", "não só ...

mas também", "Com efeito", "Diante desse cenário"). Também utilizou, com pertinência e de modo correto, os sinais de pontuação ligando palavras, orações e períodos complexos.

Como a prova pede proposta de intervenção, esse texto é finalizado com duas propostas que respeitam os direitos humanos, ambas descritas acima. Elas, como se nota, permeiam o texto e são decorrentes do desenvolvimento da argumentação. Essas propostas são detalhadas, mostram o quê e como devem ser realizadas, quem vai realizar o que foi proposto e qual será o efeito dessas ações de intervenção.

Conclui-se que o participante contemplou, em seu texto, integralmente e com excelência, todas as partes da proposta de redação.

Anexo 3 - Comentários da Cartilha a segunda redação analisada

COMENTÁRIO

O participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com estrutura sintática excelente em um texto sem desvios de escrita.

O participante também revela ter domínio do texto dissertativo-argumentativo. Inicia o texto expondo que a fiscalização inadequada de práticas ambientais ilegais e a baixa efetividade de políticas públicas destinadas aos povos ancestrais são desafios para a valorização de comunidades tradicionais no Brasil, as quais preservam os ecossistemas e promovem sua conservação. No segundo parágrafo, denuncia a inércia estatal no combate e na punição de ações ilícitas prejudiciais ao meio ambiente na Amazônia, com fundamento nas dificuldades enfrentadas por mulheres que lutam contra esquemas criminosos. No terceiro parágrafo, aborda interesses financeiros, corrupção no sistema e métodos obsoletos que impedem a divulgação dos saberes culturais tradicionais e a demarcação de terras onde esses povos habitam. No quarto parágrafo, propõe ações para a resolução do problema, atribuindo tais atitudes propostas ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Cidadania, como os agentes responsáveis pelo enfrentamento dos desafios para a valorização dos povos tradicionais.

Percebe-se, também, que o participante elaborou um projeto de texto, que desenvolveu com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto de forma consistente e bem-organizados em defesa do ponto de vista planejado. O tema é desenvolvido defendendo a valorização dos povos tradicionais por meio da gestão de fatores administrativos e sociais, com a proposta de combate às práticas ilegais nos ecossistemas, promovendo a segurança das comunidades e garantindo a continuidade dos conhecimentos socioculturais. No primeiro parágrafo levanta a problemática dos desafios para a valorização de comunidades tradicionais no Brasil apoiando-se na parceria para a garantia do desenvolvimento sustentável defendida na Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das metas do programa "Agenda 2030". No segundo parágrafo, citando a série "Aruanas", aborda as dificuldades enfrentadas por mulheres que lutam contra esquemas criminosos na Amazônia para ressaltar a inércia estatal no combate e na punição de ações ilícitas prejudiciais ao meio ambiente, como o desmatamento e as queimadas, que prejudicam o cotidiano das populações tradicionais, mantendo-as vulneráveis. No terceiro parágrafo, destaca as barreiras impostas por interesses financeiros, corrupção no sistema e métodos obsoletos de políticas planejadas para garantir os saberes culturais tradicionais e a demarcação de terras para os quilombolas estabelecida pela Constituição Federal de 1988. No quarto parágrafo, finaliza propondo que o Ministério do Meio Ambiente promova o enrijecimento de punições e o fortalecimento da fiscalização das práticas ilegais nos ecossistemas e que o Ministério da Cidadania garanta a continuidade dos conhecimentos socioculturais com o incentivo à demarcação dos territórios e à atualização da legislação vigente.

O texto apresenta continuidade temática e, além disso, o participante articula, sem inadequações, um repertório variado de recursos coesivos, que articulam os argumentos, as partes do textos e as informações apresentadas, tanto no plano nominal, com o emprego de pronomes ("sua conservação", "mulheres que lutam", "as suas garantias") e palavras ou expressões sinônimas ("estas" por "comunidades tradicionais no Brasil"), quanto no sequencial ("o que reverbera", "visto que", "como o desmatamento", "Nesse sentido,", "Logo, ...," "Em suma"). Também utilizou, com pertinência e de modo correto, os sinais de pontuação, ligando palavras, orações e períodos complexos.

Como a prova pede proposta de intervenção, esse texto é finalizado com duas propostas que respeitam os direitos humanos, ambas descritas acima. Elas, como se nota, permeiam o texto e são decorrentes do desenvolvimento da argumentação. Essas propostas são detalhadas, mostram o quê e como devem ser realizadas, quem vai realizar o que foi proposto e qual será o efeito dessas ações de intervenção.

Conclui-se que o participante contemplou em o seu texto, integralmente e com excelência, todas as partes da proposta de redação.